

# PERR SATURNINO DE BRITO

PROJETO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
URBANO INTEGRADO E  
SUSTENTÁVEL DO  
MUNICÍPIO DE  
**JOÃO PESSOA**

**VERSÃO PRELIMINAR 2017**

**Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa-**  
(BR-L 1421)

PROJETO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

**PER SATURNINO DE BRITO**

VERSÃO PRELIMINAR 2017

Este documento está sendo elaborado pela socióloga Marília Scombatti com participação direta do arquiteto Caio Silva e Silva da assistente social Joelma Medeiros, entregue em versão preliminar.

## Apresentação

A Prefeitura Municipal de João Pessoa está preparando em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) uma operação de crédito para o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa (BR-L1421).

Como contrapartida à operação de crédito em preparação foram oferecidas, entre outros projetos, três conjuntos habitacionais: (i) Conjunto Habitacionais: Colinas de Gramame, Saturnino de Brito, Saturnino de Brito e São José, todos eles integrantes do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

O BID determina, através da OP710, que toda operação de crédito para projetos envolvendo desapropriação/reintegração de posse de imóveis, deslocamento de população e de atividades econômicas deve contar com um plano para tratamento do tema. O mesmo é aplicável para projetos oferecidos em contrapartida, constituindo uma das prerrogativas para aceitação dos mesmos a elaboração de plano/projeto específico de realocização, elaborado em consonância à diretriz Operativa 710 e das boas práticas do Banco com relação ao assunto. Em consonância à estas diretrizes, foi elaborado este plano que recebeu o nome de Projeto Específico de Relocalização de Moradias - PEER Saturnino de Brito.

No caso de projetos de contrapartida em implantação, como é o caso do Saturnino de Brito, a motivação central da elaboração de um PERR é examinar se o processo de preparação, traslado e pós traslado das famílias estará ocorrendo em sintonia com as políticas do BID e caso isso não tenha acontecido indica-se um Plano de Ação Corretiva (PAC) cuja complexidade irá variar de acordo com o grau do descompasso observado entre as políticas do Banco e os procedimentos locais utilizados para conduzir o processo.

O presente documento está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, denominado Quadro de Referência, oferece inicialmente uma abordagem sobre o espaço urbano de João Pessoa e o papel de Conjuntos Habitacionais no processo de ocupação da cidade, e na sequência, focaliza o Programa Minha Casa Minha Vida, através do qual está sendo construído o Conjunto Habitacional Saturnino de Brito. O segundo capítulo intitulado O Projeto Saturnino de Brito examina ações desenvolvidas e por desenvolver no ciclo do processo de realocização. O terceiro capítulo contém as Conclusões sobre a sintonia do processo com relação às diretrizes do Banco apresentando recomendação de ajustes para o aperfeiçoamento.

## Sumário

Capítulo 1 Quadro de Referência	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Capítulo 2 .0 RESIDENCIAL SATURNINO DE BRITO	12
2.1 Empreendimento	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Entorno	<b>Error!</b>
Descrição do Empreendimento	12
Formação da Demanda	14
Perfil Socioeconômico	<b>Error!</b>
Trabalho Técnico Social (TTS): Etapas e Ações realizadas	24
Trabalho Técnico Social (TTS): Etapas e Ações `realizar	24
Capítulo 3 Conclusões	
Sintonia do processo com OP 710	
Ajustes	

### Lista de Figuras

Figura 1 - Imagem da Localização das Ocupações Irregulares em João Pessoa	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Figura 2 - Imagem com a delimitações dos equipamentos do entorno do Conjunto	12
Figura 3 - Imagem da localização do Terreno do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito	12
Figura 4 - Imagem da Implantação do Conjunto no Terreno	13
Figura 5 - Planta baixa da Tipologia Arquitetônica desenvolvida pela SEMHAB para a Comunidade Saturnino de Brito	13
Figura 6 - Maquete Eletrônica da Associação Comunitária	14
Figura 7 - Maquete Eletrônica do comércio tipo 01	14
Figura 8 - Maquete Eletrônica do comércio tipo 02	14
Figura 9 - Croqui da área vistoriada que indica os trechos mais crítica e iminentes a desastres	15

Figura 10 - Imagem com a distância da área ocupada para o terreno onde está sendo construído o conjunto	19
Figura 11- Ciclo do processo de realocização considerando etapa provisória e etapa definitiva	16
Figura 12 - Documentação Exigida para inclusão em Aluguel social	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Figura 13 - Passos do Monitoramento do Auxílio Aluguel	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Figura 14 - Muro de contenção do projeto de infraestrutura na comunidade Saturnino de Brito	18
Figura 15 - Execução da construção do CH Saturnino de Brito	18

### Lista de Tabelas

Tabela 1 - Gênero	20
Tabela 2 - Gênero chefes de família	20
Tabela 3 - Faixa etária da população beneficiada	20
Tabela 4 - Faixa etária dos chefes de famílias	21
Tabela 5 - Estado civil da população beneficiada	21
Tabela 6 - Estado Civil dos chefes de família	22
Tabela 7 - Escolaridade da População beneficiada	22
Tabela 8 - Escolaridade chefes de família	23
Tabela 9 - Renda da população beneficiada	23
Tabela 10 - Renda dos chefes de famílias	23
Tabela 11 - Ocupação atual dos beneficiários no mercado de trabalho	23
Tabela 12 - Benefício social da população	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

### Anexos

Anexo -Portarias Programa minha Casa Minha Vida

## Capítulo 1 Quadro de Referência

### A. Evolução Urbana em João Pessoa

Entre os anos de 1970 e 2000, o grau de urbanização em João Pessoa subiu de patamar, caracterizado pela migração da população do interior para a Capital do Estado. O crescimento da população abrupto gerou uma forte concentração populacional na periferia da cidade, sem o correspondente crescimento da oferta de infraestrutura física, levando uma significativa parcela da população a viver em condições precárias, em cerca de 93 (noventa e três) ocupações irregulares, atualmente distribuídas nos diversos bairros da cidade de João Pessoa.

Entende-se como ocupação irregular, aquela que ocupa um lote sem aprovação da Prefeitura e/ou sem o registro do Loteamento junto ao cartório de Registro de Imóveis (C.R.I), sendo ou não em situação de risco. Podendo ser das seguintes formas: (i) em terrenos públicos ou privados com autoconstrução; e (ii) em imóveis públicos ou privados que se encontram abandonados/desocupados.

No contexto nacional, o processo de urbanização de João Pessoa, a exemplo de outras capitais brasileiras, o processo de ocupação do espaço urbano foi bastante influenciado a partir da década de sessenta, pela intervenção do poder público no sistema habitacional brasileiro com as atividades do BNH tiveram, a partir do final dos anos sessenta, reflexos consideráveis na organização espacial da cidade. Segundo Cavalcanti<sup>1</sup>, a política habitacional instituída, naquele momento e alicerçada na produção massiva de grandes conjuntos de moradia, foi a responsável, nas últimas décadas do século XX, por um movimento de periferização da capital paraibana. Este processo acelerado de expansão urbana intensificou a estratificação e segregação social no espaço da cidade que resultou fragmentado, configurando o que Lima<sup>2</sup> vai denominar de “cidade partida”, dividida entre a formalidade e a informalidade. Afinal, paralelamente ao processo de expansão periférica, a capital da Paraíba também testemunhou o adensamento das suas áreas centrais, com a invasão

de parcelas do solo desprovidas de infraestrutura urbana e inadequadas à ocupação humana.

Na verdade, se, de uma maneira geral, verifica-se uma tendência natural da ocupação irregular e inadequada de áreas de risco ou ambientalmente frágeis, sujeitas a fortes restrições de uso e ocupação do solo e que, por isso mesmo, são deixadas à margem do mercado formal e entregues à ilegalidade, na capital paraibana esta tendência se potencializa. Isto porque, cidade construída entre duas margens, do rio e do mar, João Pessoa revela-se repleta de áreas verdes, conformando uma realidade que a construção midiática recente, no contexto do marketing das cidades, transformou em imagem: João Pessoa, cidade ecológica.

É, sobretudo, esta face verde da cidade, entre as áreas de várzeas e encostas dos rios Jaguaribe, Sanhauá-Paraíba e Timbó, aquelas mais afetadas pelas ocupações informais, em João Pessoa. Todo este cenário vem sendo objeto de regularização pela Lei Orgânica do Município, de 1990 e, ainda, pelo Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, instituído em 1992, que já define cento e dez zonas especiais de interesse social – ZEIS.

Os condicionantes citados continuam influenciando as ocupações dos espaços urbanos na cidade de João Pessoa – PB, não obstante o surgimento de outros fatores associados ao tratamento do problema pelo poder público. Com efeito, a atuação do poder público, gera interesses, visando à possibilidade de serem beneficiados com novas unidades habitacionais, através de outras ocupações irregulares, e questões de especulação imobiliária nessas mesmas ocupações.

Neste contexto, em 2006, surge a Secretaria Municipal de Habitação Social – SEMHAB, tendo como objetivo principal garantir o direito das famílias de baixa renda a moradia digna, com o suporte da SEMHAB essas famílias tem acesso ao Programa de Habitação de interesse popular como Programa de Subsídio a Habitação de interesse social(PSH), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social(FNHIS) e em 2011 surge o Programa Minha Casa Minha Vida, atualmente voltado para famílias que possuem renda per capita de até R\$ 1.800,00, gerido pelo Ministério das Cidades(Governo Federal).

## O Programa Minha Casa Minha Vida

Estima-se que atualmente o déficit habitacional no país alcança seis milhões de unidades habitacionais. Considerando atendimento de quatro pessoas por unidade habitacional, o déficit de moradias atinge vinte e quatro milhões de brasileiros. Deste total, cerca de 70% é composto pela demanda por moradia de famílias com renda até três salários mínimos, ou seja, para atendimento habitacional de população de baixa renda é requerida produção de cerca de vinte e quatro milhões de moradias.

A população de menor ou nenhuma renda (sobrevivendo graças à política de incentivos sociais como bolsa família) desprovida de recursos para aquisição de moradia digna, é impelida a morar em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, afastadas dos centros urbanos e carentes de infraestrutura, que trazem o valor da terra compatível com a sua capacidade de pagamento

Mesmo o direito à habitação sendo garantido pela Constituição do país, o governo brasileiro não consegue produzir e fornecer a quantidade de moradias necessárias para liquidar o déficit.

Sem condições de prover moradia digna para demanda de grande magnitude e sem o interesse de construtores privados em atender essa parcela da população, o Governo Federal lançou, no início de 2009, a Fase I do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) com o objetivo de facilitar a aquisição de imóveis para a população de baixa renda e também para incentivar a produção de novas unidades habitacionais no país. A segunda fase do programa Minha Casa Minha Vida é iniciada em 2011, como parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC2). Com a meta de entregar mais 2 milhões de novas unidades habitacionais. A Fase 3 do MCMV foi iniciada em 2016 com previsão de entregar mais 4,6 milhões de novas unidades habitacionais até o fim desta etapa, em 2018. A terceira fase do MCMV, iniciada em 2016 pretende atender

quatro faixas de renda familiar Faixa 1: para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil (não houve alteração);

- Faixa 1,5: limite de renda mensal passa de R\$ 2.350 para R\$ 2,6 mil;
- Faixa 2: limite de renda mensal passa de R\$ 3,6 mil para R\$ 4 mil
- Faixa 3: limite de renda mensal passa de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil.

A origem dos recursos financeiros sustentadores do PMCMV é o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que recebe recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar a construção de unidades habitacionais.

São coadjuvantes na implantação do MCMV os segmentos indicados a seguir.

Ministério das Cidades – Responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do programa. Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - Em conjunto com o Ministério das Cidades, pode rever anualmente os limites de renda familiar dos beneficiários e, ainda, fixar a remuneração da Caixa pelas atividades exercidas no âmbito do programa.

Caixa Econômica Federal – Instituição financeira responsável pela operacionalização do programa em estados e municípios. Órgãos das administrações direta ou indireta, que aderirem ao programa -Têm sua participação estabelecida por meio de assinatura de um Termo de Adesão com a Caixa. Visa assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas prioritizadas para implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte de recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e execução do

Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados. Empresas do setor de Construção Civil - Participam na apresentação de propostas e execução de projetos para produção de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.

A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

De uma maneira muitíssimo simplificada a dinâmica do processo seria: 1) um empreendedor/construtor vai até uma agência da CAIXA e oferece um empreendimento habitacional que ele mesmo construirá. 2) a CAIXA analisa a proposta; 3) Quando a proposta é aceita por haver cumprido com as exigências a mesma é encaminhada para o setor habitacional do município, (no caso de João Pessoa a SEMHAB) a quem cabe selecionar a demanda (os beneficiários) a partir do CADUNICO, e garantir realização do trabalho técnico social.

3.1.1. As condições de enquadramento dos candidatos a beneficiários são: a) renda familiar compatível com a modalidade; a.1) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, fornecidos pelo Governo Federal, não compõem a renda familiar. b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional.

3.1.2 Os critérios nacionais são: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração; e c) famílias de que façam parte

peessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico. 3.1.3 Os critérios adicionais, caso sejam adotados, deverão ser selecionados dentre os a seguir listados: a) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, “x” km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; b) famílias residentes no município há no mínimo “x” anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público; d) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estado ou município, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição; e) famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação; f) famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial emitido pela Justiça que comprove a guarda; g) famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento oficial que comprove a data de nascimento; h) famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico; i) famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por auto declaração do candidato; j) famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda; k) famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de “x” anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar; l) famílias em atendimento de “aluguel social”, comprovado pelo ente público; m) famílias de que faça parte pessoa atendida por medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), comprovado por cópia da petição inicial do Ministério Público que formaliza a ação penal; 7 n) outros, a serem submetidos previamente à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

No mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento devem ser direcionadas para atendimento de cada um dos seguintes segmentos: a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme disposto no inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual, e b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.

Em caso de constar, entre os selecionados, mulheres atendidas por medida protetiva de abrigo, seus dados deverão ser preservados da publicidade na divulgação da relação de beneficiários. Hierarquização e Seleção dos Candidatos

O processo de seleção e sorteio dos candidatos a beneficiários será realizado, por empreendimento, por meio do SNCH mediante a aplicação dos critérios e procedimentos definidos nesta Portaria.

O processo de seleção e sorteio dos candidatos do empreendimento iniciará quando a obra do empreendimento atingir 50% (cinquenta por cento) de execução.

Será admitida a indicação de famílias provenientes de assentamento (s) irregular(es), em razão de estarem em área de risco; de terem sido desabrigadas; ou por motivos justificados em projetos de regularização fundiária e obras que tenham motivado seu deslocamento involuntário, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que tratam os itens 3 e 4. Esta indicação está condicionada ao envio ao SNCH, anteriormente à data do sorteio, em arquivo específico, conforme modelo definido no Manual do Usuário.

Consideram-se áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, sob redes elétricas de alta tensão, áreas de segurança de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

Ficam dispensados do sorteio os candidatos a beneficiários enquadrados nas seguintes situações: a) Advindas de situação de emergência ou estado de calamidade pública, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, conforme Portaria Interministerial MCidades/Integração Nacional nº 1, de 2013; b) Vinculadas a intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que demandem reassentamento, sendo as famílias beneficiadas aquelas residentes nas respectivas áreas de intervenção, que tiverem que ser realocadas ou reassentadas; c) Vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo ente público, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016; d) Indicados conforme disposto nos subitens 4.7 e 4.8. As famílias descritas nas situações acima deverão ser listadas conforme definido no Manual do Usuário. O Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa Minha Vida<sup>1</sup>

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. (portaria em anexo) Em 1996, o Governo Federal revisou a Política Nacional de Habitação, evidenciando a questão da participação popular na definição da moradia adequada: “É essencial considerar, em qualquer política de governo, a participação popular como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública. Foi então que a CAIXA instituiu o cargo de Técnico Social. As atividades do Trabalho Social na CAIXA são desenvolvidas por funcionários com formação em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia, e Política e Pedagogia, com a

---

<sup>1</sup> Texto produzido por assistentes sociais da Caixa João Pessoa. O texto na íntegra é anexo do presente documento.

finalidade de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar o Trabalho Social executados pelos entes públicos e privados. Em João Pessoa a equipe encarregada do TTS é composta por cinco funcionários, que atendem demandas de TTS da (i) GIGOV – (Gerência de Governo); (ii) dos Programas de Infraestrutura e saneamento (PAC, FGTS, OGU e Programas Especiais); (iii) da GIHAB – (Gerência Executiva de Habitação) e (iv) de Programas de Habitação do Governo (MCMV/PNHR, operações de crédito imobiliário). O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. “A participação da equipe social deve ocorrer nas fases de planejamento, execução e avaliação da intervenção, trabalhando de forma integrada com as demais equipes do projeto” (Portaria 21/2014, MCidades). Operacionalmente as atividades são conduzidas pelo Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. (Portaria e Manual constituem anexos do presente documento), além de Manual Normativo Interno. A Portaria 21/2014, MCidades. define o Trabalho Social como “Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando a promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.”

A responsabilidade de execução do TTS é do agente promotor, podendo ser realizado por administração direta ou ambos (modalidade mista). Deve

ser executado nas fases ANTES DAS OBRAS, DURANTE AS OBRAS e PÓS OBRA; “O TS deverá observar, obrigatoriamente, quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macroárea indicadas no diagnóstico” (Portaria 21/2014, MCidades). Os referidos eixos são :Mobilização, Organização e Fortalecimento Social ;Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção\*Educação Ambiental e Patrimonial\*\*Desenvolvimento Socioeconômico. O eixo da Gestão condominial e patrimonial, é obrigatório para unidades em condomínio do PMCMV – Recursos FAR e PAC, e poderá ser contemplado no PTS ou executado por empresas licitadas ou credenciadas da CAIXA.

Constituem instrumentais organizadores do TTS quatro documentos que devem ser produzidos pelo ente e enviados para a equipe social da CAIXA : (i) Projeto de Trabalho Social – Preliminar (PTS-P) Projeto de Trabalho Social – (PTS) ; (iii) PDST – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial , e (iv) Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - RATS, apresentados mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc. , Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados. Cada um dos planos e projetos indicados possui objetivos e momentos específicos de realização, além de ações particulares, conforme pode ser apreciado no Quadro inserido a seguir.

**Quadro 1** Instrumentos de Planejamento – PMCMV

<p><b>PTS-P- Pós-assinatura do convênio TS</b> Objetivo: cadastro e seleção da demanda. <b>REFERÊNCIA:</b> Até 20% dos recursos do TTS.</p>	<p><b>PTS - Pré-contratual com o beneficiário</b> Objetivo: Executar ações pré-contratual com os beneficiários, bem como o planejamento das ações/articulações para elaboração do PDST.  <b>REFERÊNCIA:</b> Até 20% dos recursos do TTS.</p>	<p><b>PDST - Pós-contratual com o beneficiário/Pós-obra</b> Objetivo: Desenvolver ações que visem à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e a integração territorial dos beneficiários.  <b>REFERÊNCIA:</b> Mínimo de 60% dos recursos do TTS.</p>
<p>Deverá ser apresentado em no máximo 4 meses após a notificação pela IF <b>ou</b> até 15% de execução da obra.</p>	<p>Deverá ser apresentado e aprovado em até 12 (doze) meses após assinatura do convênio <b>ou</b> até 65% de obra.</p>	<p>Deverá ser apresentado e aprovado conforme indicado no cronograma do PTS, até no máximo, o final da fase de obras.</p>
<p><b>Prazo:</b> Da assinatura do convênio TS até a entrega do PTS à IF, com duração de <b>até 12 meses ou</b> até a obra atingir 65% de execução</p>	<p><b>Prazo:</b> Da aprovação do PTS pela IF até a assinatura do contrato com o beneficiário, devendo ser iniciado no mínimo em <b>8 meses</b> antes da mudança das famílias ou assinatura dos contratos.</p>	<p><b>Prazo:</b> A partir da mudança das famílias ou assinatura dos contratos, com duração de <b>até 12 meses</b></p>
<p><b>Atividades Básicas</b></p> <p>a) cadastro, seleção e hierarquização da demanda;</p> <p>b) realização de diagnóstico socioeconômico das famílias selecionadas;</p> <p>c) caracterização da macroárea onde se localiza o empreendimento;</p> <p>d) elaboração do PTS, no qual devem constar as alíneas “b” e “c”.</p>	<p><b>Atividades Básicas</b></p> <p>a) repasse aos beneficiários de informações sobre:</p> <p>a.1) o Programa MCMV/FAR, os critérios de participação e as condições contratuais;</p> <p>a.2) os procedimentos para a entrega dos imóveis;</p> <p>a.3) oferta e localização de serviços públicos de educação, saúde, lazer, esporte, segurança pública, assistência social, cultura entre outros, e acompanhamento dos processos de transferência escolar e demais serviços de educação;</p> <p>a.4) acesso às tarifas sociais;</p> <p>a.5) processo de atualização no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;</p> <p>a.6) noções básicas sobre organização comunitária e as alternativas de representações dos beneficiários;</p>	<p><b>Atividades Básicas</b></p> <p>a) instituição ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses;</p> <p>b) apoio à formalização de associação de moradores e outras organizações de base, registro do estatuto e outros documentos, quando for o caso, inclusive na modalidade loteamento;</p> <p>c) identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária;</p> <p>d) criação, reorganização, fortalecimento e formalização de entidades da sociedade civil da macro área que prestem serviços no território, visando à inclusão produtiva, econômica e social das famílias;</p> <p>e) apoio à participação comunitária na pactuação e promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos espaços comuns, equipamentos sociais e comunitários disponibilizados, assim como de normas de convivência, promovendo a participação dos beneficiários;</p> <p>f) estabelecimento de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais;</p> <p>g) capacitações teóricas e práticas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia;</p>

- a.7) noções básicas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, racionalização dos gastos com moradia e especificidades relacionadas ao novo morar;
- b)** acompanhamento do acesso dos beneficiários às tarifas sociais e serviços públicos;
- c)** realização de visitas à obra com os beneficiários ou seus representantes;
- d)** compatibilização das atividades do Trabalho Social, com as desenvolvidas no âmbito da gestão condominial e patrimonial conforme normativo específico;
- e)** elaboração do PDST.
- h) estímulo à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas ao novo morar, articuladas com os conteúdos abordados na gestão condominial, conforme normativo específico
- i) difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade;
- j) ações socioeducativas relacionadas ao uso racional da água e da energia elétrica, preservação e conservação ambiental, e manejo de resíduos sólidos;
- k) promoção de campanhas educativas de segurança infantil no imóvel e no empreendimento;
- l) estímulo à adequada apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum;
- m) encaminhamento dos beneficiários aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos serviços existentes;
- n) encaminhamento dos beneficiários aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo;
- o) apoio, articulação ou promoção de atividades de capacitação e requalificação profissional, e encaminhamento ao mercado do trabalho, conforme indicações da pesquisa de vocações e mercado do trabalho, aproveitando as oportunidades proporcionadas por programas e leis existentes, tal qual a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000);
- p) articulação com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras;
-

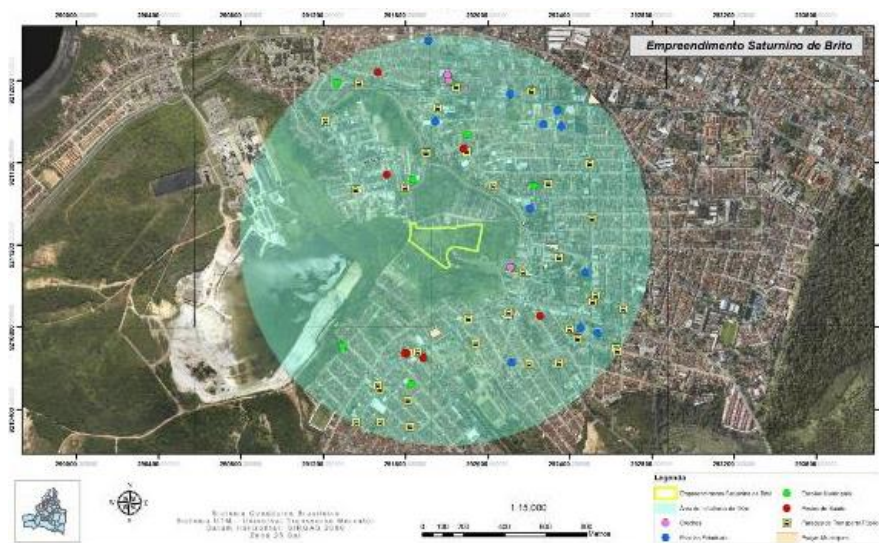
## Capítulo 2.0 RESIDENCIAL SATURNINO DE BRITO

### Localização e entorno

O Conjunto Habitacional Saturnino de Brito, está sendo construído em uma área dentro do próprio bairro das Trincheiras, de onde as famílias foram retiradas. Bairro esse tradicional e consolidado dentro da Cidade de João Pessoa.

Com o intuito de demarcar os equipamentos do entorno imediato do conjunto, traçou-se uma circunferência de raio de 1km (um quilômetro) do centro do Conjunto Habitacional, para identificar as principais áreas e equipamentos públicos mais próximas da área de implantação das novas moradias, conforme figura 02.

Figura 1 - Imagem com as delimitações dos equipamentos do entorno do Conjunto, SEMHAB 2017

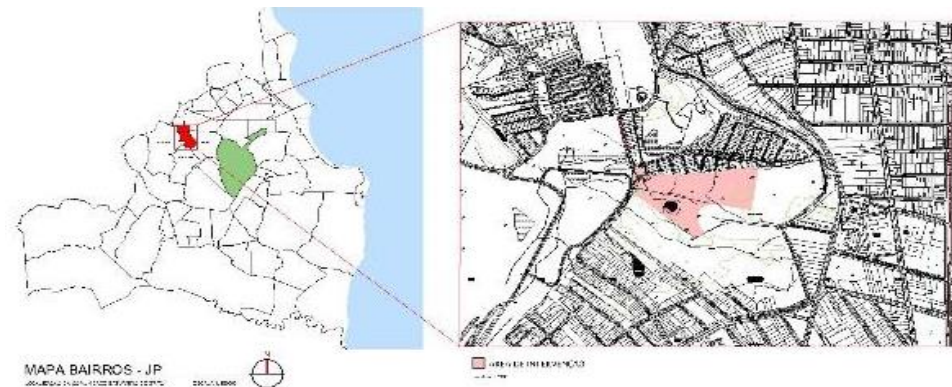


Conforme observado na figura acima, o entorno do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito está munido dos seguintes equipamentos: (i) Escola Municipal; (ii) Escola Estadual; (iii) Creches; (iv) Posto de Saúde; (v) Praças; e (vi) Parada de transporte público.

### Descrição do Empreendimento

O Terreno no qual está sendo construído o empreendimento localiza-se na Rua Reinaldo dos Santos, no bairro das Trincheiras, em João Pessoa – PB, com área de 42.188m<sup>2</sup> (Quarenta e dois mil cento e oitenta e oito metros quadrados), conforme figura 03.

Figura 2 - Imagem da localização do Terreno do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito, SEMHAB, 2017



O empreendimento está sendo construído em terreno da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que foi alvo de desapropriação através do Decreto nº 7.141/2011 de 30 de março de 2011 (em anexo). Atualmente já desmembrado em quadras e registrado no Cartório de Registro de Imóveis Carlos Ulysses, sob as matrículas: nº162.891, nº162.892, nº162.893, nº162.894, nº162.895 e nº162.896 (em anexo). No momento da desapropriação não havia nenhum morador no terreno, apenas um vigia para evitar invasão.

A área teve seu parcelamento do solo realizado, segundo os novos objetivos da política habitacional da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em total harmonia com a legislação pertinente e levando-se em consideração parâmetros de conforto e habitabilidade dos futuros moradores.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através de seus profissionais de engenharia e arquitetura, desenvolveu o projeto arquitetônico de habitação multifamiliar.

O projeto arquitetônico proposto é formado pela implantação de 25 blocos habitacionais com 16 unidades habitacionais cada, totalizando 400 unidades habitacionais, (sendo 12 unidades destinadas a P.N.E.), um centro comunitário, dois comércios, abrigos de lixo, áreas de lazer e playgrounds. As habitações estão sendo construídas em área urbanizada, conforme Lei nº 4.214, de 18 de outubro de 1983, dotada de toda infraestrutura necessária, conforme figura 04.

**Figura 3 - Imagem da Implantação do Conjunto no Terreno, SEMHAB, 2015.**



Todas as unidades habitacionais possuem a mesma área construída (48,10 m<sup>2</sup>), compreendendo uma sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, banheiro social e dois quartos dispostos de maneira a se conseguir o melhor conforto e funcionalidade, figura 05.

**Figura 4 - Planta baixa da Tipologia Arquitetônica desenvolvida pela SEMHAB para a Comunidade Saturnino de Brito, SEMHAB, 2015.**



É pertinente destacar que na Comunidade Saturnino de Brito serão implantados equipamentos comunitários que estarão à disposição dos moradores. Serão também construídos uma associação comunitária para abrigar oficinas de capacitação e reuniões locais (figura 06), área de lazer, playgrounds e duas edificações comerciais (figuras 07 e 08).

**Figura 5 - Maquete Eletrônica da Associação Comunitária, SEMHAB, 2015**



**Figura 6 - Maquete Eletrônica do comércio tipo 01, SEMHAB 2015.**



**Figura 7 - Maquete Eletrônica do comércio tipo 02, SEMHAB, 2015.**



Pretende-se, com a oferta dessas 400 unidades habitacionais, e ações de recuperar e implantar, no local, a infraestrutura necessária, oferecendo, a esta parcela da população, uma moradia digna e de qualidade, com um projeto racional e funcional que possa elevar sua qualidade de vida.

## **Formação da Demanda**

O termo Formação da Demanda é utilizado localmente para designar a composição dos beneficiários de um determinado projeto habitacional. No caso específico da Comunidade Saturnino de Brito, o Residencial foi concebido para abrigar famílias da própria comunidade que se encontravam em situação iminente de risco de deslizamentos.

## **Procedimentos**

A formação da demanda dos beneficiários do Residencial Saturnino de Brito,, seguiu as seguintes etapas: (i) mapeamento dos imóveis em situação de risco pela Defesa Civil; (ii) cadastramento social das famílias ocupantes dos imóveis em situação de risco; A COMPDEC – JP (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de João Pessoa), elaborou e encaminhou para SEMHAB, o relatório de

vistoria técnica 0349/2013 (em anexo), informando quais os imóveis mapeados em situação de risco eminente, identificados na figura 09.

**Figura 8 - Croqui da área vistoriada que indica os trechos mais crítica e iminentes a desastres, COMPEDEC, 2013.**



Com o relatório e o mapa identificando os imóveis em situação de risco, a equipe Técnica Social da SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social), em parceria com a SEMHAB (Secretaria Municipal de Habitação Social), demarcou os imóveis e cadastrou as famílias que ocupam cada uma das habitações na área mapeada. Ato contínuo as famílias foram retiradas das moradias em risco eminente e colocadas em aluguel social até que o Residencial fosse construído.

## Aluguel Social

Sempre e quando intervenções atingindo comunidades precárias são realizadas sem observância do preceito da anterioridade da conclusão da construção de CH (Conjunto Habitacional) ao início de obras que engendram a saída de populações de suas áreas de origem, tem sido utilizado em várias regiões do país o mecanismo de Auxílio Aluguel. A situação se repete para o caso das obras de Infraestrutura, da contenção das barreiras iniciadas anteriormente ao início da construção CH Saturnino de Brito, exigindo assim uso de expedientes provisórios de relocação.

O processo de relocação das pessoas residentes na comunidade Saturnino de Brito assume maior complexidade em função de sua implantação em dois momentos. Um primeiro, de caráter provisório provoca dispersão da população originalmente concentrada na área citada através de sua inclusão em moradias localizadas em outros pontos da cidade. O segundo momento volta a provocar concentração com a mudança definitiva para o Residencial Saturnino de Brito. Mas, em se tratando de risco eminente e na falta de moradias dignas disponíveis no momento dos laudos da defesa civil, em que pesem os aspectos desfavoráveis citados, o Aluguel Social é a única forma encontrada até hoje para resolver de imediato à situação.

A movimentação de população para moradias de aluguel social envolve cerca de mil duzentas e vinte e seis pessoas e este volume aumenta a complexidade do tema além de exigir um esforço considerável de gestão por parte das duas secretarias envolvidas com o assunto, quais sejam a SEMHAB e a SEDES, que precisam organizar expedientes e equipe técnica em um curto espaço de tempo para atendimento deste contingente de pessoas. ( falta o monitoramento)

A ilustração incluída a seguir (figura 11) demonstra a dinâmica do processo na comunidade Saturnino de Brito. As setas mostram os processos nos quais os beneficiários da Saturnino terão que passar.

**Figura 9- Ciclo do processo de realocização considerando etapa provisória e etapa definitiva, SEMHAB,2017**



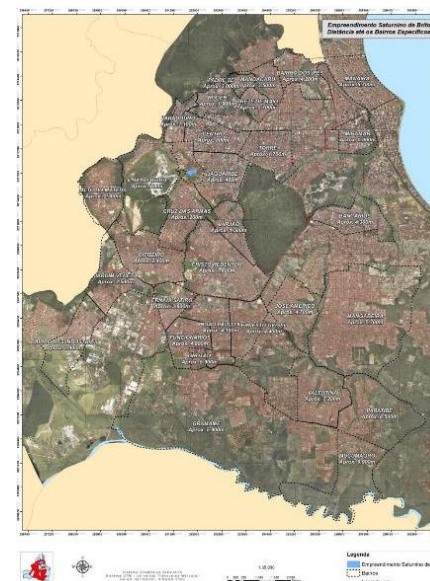
Em João pessoa o Auxílio Aluguel está ancorado na Lei Municipal 12015/2010 que dispõe, entre outros benefícios, sobre o auxílio moradia emergencial.

Até novembro de 2014 o benefício foi aplicado para 973 munícipes que ingressaram no recebimento do benefício por força de encaminhamentos ligados à necessidade de remoção de habitações irregulares ou inseguras assim como por exposição a situações de vulnerabilidade social.

Os procedimentos para inclusão no Auxílio Moradia atendem ao artigo 7º da Lei Municipal 12015/2010 envolvendo dois encaminhamentos capitais, quais sejam: (i) Emissão de relatório

técnico pela Defesa Civil, Secretaria de Serviços Urbanos ou Habitação ou Ministério Público; (ii) Elaboração de Relatório Social assinado por Assistente Social verificando situação de vulnerabilidade da família. Os tramites envolvendo os principais encaminhamentos geram uma série de documentações, registradas na figura 12 a seguir. A medida que o projeto de infraestrutura vai avançando, as famílias vão desocupando seus imóveis em situação de risco, para que o muro de contenção que está sendo construído avance. A ação de inclusão no aluguel social, para as famílias do Saturnino de Brito, começou a partir de 2011 com casos emergenciais de risco imediato para 12 casos, sendo um em 2011e doze em 2012. Especificamente para o Projeto de execução de contenção da barreira, a retirada das famílias e inclusão no alguém social, deu-se início em 2013. Nessa situação existem hoje 204 (duzentas e quatro) famílias no aluguel social, nos mais variados bairros da cidade, conforme figura 14 e tabelas 13 e 14 baixo. As demais só serão inseridas quando o muro de contenção for se aproximando de suas moradias.

**Figura 10 - Mapa de Bairros de destino do Aluguel social, SEMHAB, 2017.**

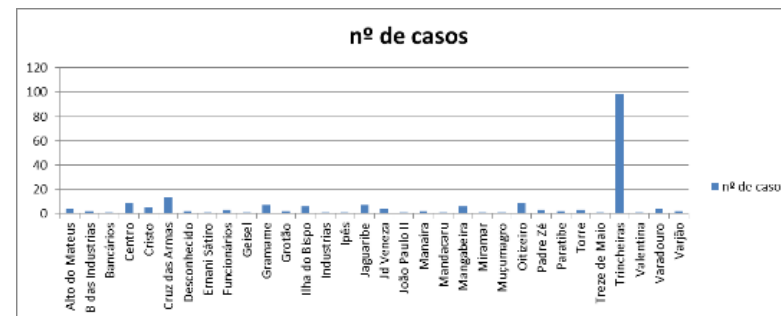


**Tabela 1 - Quantitativo de famílias e Distancias do bairro de destino do aluguel social e o de origem.**

Bairros de destino	Distancias para o bairro de origem	nº de casos	%
Alto do Mateus	2,3km	4	2,0%
B das Industrias	5,4km	2	1,0%
Bancários	4,3km	1	0,5%
Centro	0,8km	9	4,4%
Cristo	1,6km	5	2,5%
Cruz das Armas	0,2km	13	6,4%
Desconhecido		2	1,0%
Ernani Sátiro	3,8km	1	0,5%
Funcionários	4,8km	3	1,5%
Geisel	4,4km	1	0,5%
Gramame	5,9km	7	3,4%
Grotão	5,9km	2	1,0%
Ilha do Bispo	0,4km	6	2,9%
Industrias	5,4km	1	0,5%
Ipês	4,2km	1	0,5%
Jaguaribe	0,4km	7	3,4%
Jd Veneza	3,5km	4	2,0%
João Paulo II	4,1km	1	0,5%
Manaira	5,7km	2	1,0%
Mandacaru	3,5km	1	0,5%
Mangabeira	5,7km	6	2,9%
Miramar	5,0km	1	0,5%
Muçumagro	9,9km	1	0,5%
Oitizeiro	2,4km	9	4,4%
Padre Zé	3,0km	3	1,5%
Paratibe	8,5km	2	1,0%
Torre	1,7km	3	1,5%
Treze de Maio	2,7km	1	0,5%
Trincheiras	0,0km	98	48,0%
Valentina	7,2km	1	0,5%
Varadouro	1,1km	4	2,0%
Varjão	1,5km	2	1,0%
<b>Total Geral</b>		<b>204</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2017.

**Gráfico 1 - numero de casos em aluguel social / bairro de destino, SEMHAB, 2017**

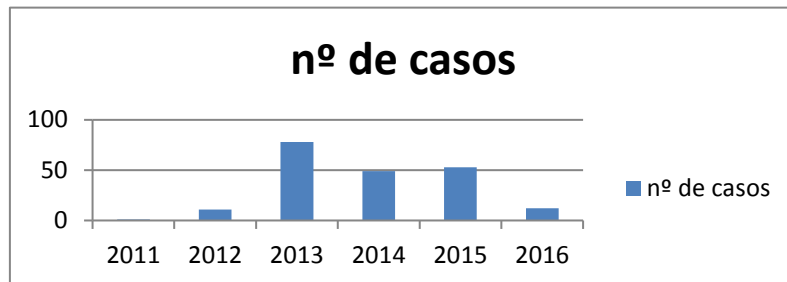


Em análise dos dados apresentados, observa-se que a grande maioria das famílias conseguiu permanecer nas proximidades do bairro ou no próprio bairro, totalizando 133 casos com menos de 1 km de deslocamento. Uma minoria de famílias tiveram maiores deslocamentos, como 1 caso que foi para o bairro de Muçumagro, com distância de 9,9 km, e casos em Paratibe, com distância de 8,5 km e 1 caso em Valentina, com 7,2 km de distância.

**Tabela 2 – Quantitativo de Famílias inseridas no Aluguel social por ano.**

Ano de Inclusão	nº de casos	%
2011	1	0,5%
2012	11	5,4%
2013	78	38,2%
2014	49	24,0%
2015	53	26,0%
2016	12	5,9%
<b>Total Geral</b>	<b>204</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 2 - número de casos em aluguel social / ano de inclusão, SEMHAB 2017



Em observância aos dados apresentados observa-se que a grande maioria de inclusão dentro do Programa de Aluguel social, assume relevância em 2013 com 78 casos, correspondendo a 38,2%. As demais famílias ainda residentes no local serão inseridas no aluguel social quando o muro de contenção for se aproximando de suas moradias.

#### Andamento das Obras

Dentro do Projeto de Reassentamento da Comunidade Saturnino de Brito, existem duas frentes de obras sendo executadas, que são elas: (i) Projeto de Infraestrutura, no qual trata-se da contenção das barreiras, com execução de muros de contenções (figura 14); e (ii) Construção do Residencial de 400 UH (quatrocentas unidades habitacionais) do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito (figura 15). As obras de infraestrutura estão com 51% executadas, enquanto as de Construção do Conjunto habitacional estão com cerca de 12%. A Previsão de entrega das unidades habitacionais é março de 2018.

Figura 11 - Muro de contenção do projeto de infraestrutura na comunidade Saturnino de Brito, SEMHAB, 2016



Figura 12 - Execução da construção do CH Saturnino de Brito, SEMHAB, 2016



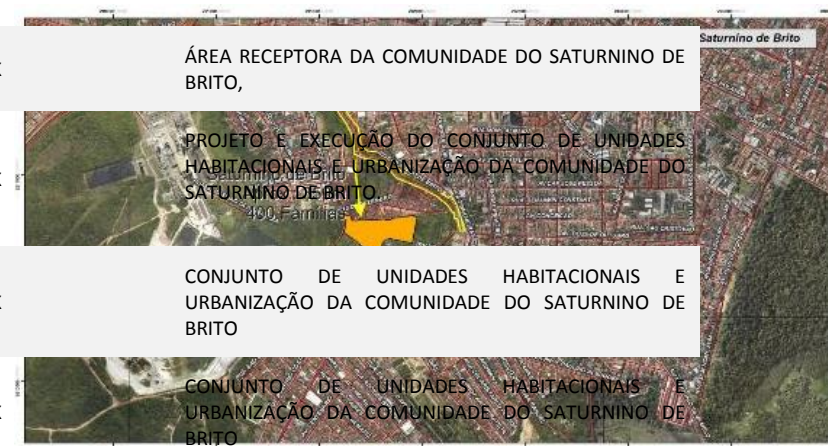
## Marco Legal

A intervenção em pauta está subordinada ao cumprimento de um marco legal em diferentes níveis de governo. O status de cumprimento dos mesmos está especificado no quadro a seguir:

ORGÃO/INSTÂNCIA	EXIGENCIAS LEGAIS	ESTADO DE AVANÇO DO PROJETO	COMUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS E URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO SATURNINO DE BRITO
MINISTÉRIO DAS CIDADES	PORTARIA Nº 168 MINISTÉRIO DAS CIDADES PARA MCMV PAC - INFRAESTRUTURA	OK	OK
CARTÓRIO	CERTIDÃO DO TERRENO	OK	OK
CAU e CREA	BASENADO-SE, NA COMBINAÇÃO DA LEI 8666/93, ART 30, INCISO I E II, LEI FEDERAL 6.496/77 E NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 425/98 DO CONFEA QUE DETERMINA QUE NENHUMA OBRA OU SERVIÇO SEJA INICIADO, SEM REGISTRO DA ART.	OK	OK
PMJP / SEMAM	LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO	OK	OK
PMJP / SEPLAN	ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO	OK	OK
PMJP / SEDES	LEI Nº 12.015, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010 – DISPOE SOBRE A CENESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	EM EXECUÇÃO	ALUGUEL SOCIAL PARA POPULAÇÃO DA COMUNIDADE DO SATURNINO DE BRITO.

Um dos facilitadores para a execução do Processo de Reassentamento da Comunidade Saturnino de Brito, é a proximidade do terreno onde está sendo executadas as Construções das novas Unidades Habitacionais, da área onde as famílias estão sendo remanejadas, pois a distancia é de aproximadamente 250m (trezentos e cinquenta metros), conforme figura 10.

**Figura 13 - Imagem com a distância da área ocupada para o terreno onde está sendo construído o conjunto, SEMHAB, 2017.**



### Características da situação de origem

Caio e Joelma : tenho fotos ( poucas) de moradias que estavam abaixo da contenção. Mas não tenho fotos das moradias que estão acima da barreira, tanto das que já foram retiradas como aquelas que ainda estão no local. Peço que juntem esforços para conseguir fotos sobre as situações indicadas pois isso explicará melhor a situação.

Como no aluguel social estão cerca de 200 famílias, as outras 200 vieram da faixa que abaixo do muro de contenção, certo ?

### Perfil Sócio Econômico das Famílias

A população beneficiária do CH Saturnino de Brito é composta por 1226 pessoas, congregadas em 400 famílias.

Considerando as 1226 pessoas : Predominância do gênero feminino (53,6%), contra 46,4% da população do gênero masculino.

Considerando as 400 famílias, em 291 delas o chefe de família , 73% das moradias são comandadas por mulheres, que se declararam chefes de família. (72,9%,) contra 27,1% são do sexo masculino, Este dado retrata a realidade brasileira de crescimento dos lares chefiados por mulheres, o que se configura como um avanço da trajetória de autonomia das mulheres na sociedade que é marcada pela sua saída do domínio exclusivamente doméstico e seu ingresso no mercado de trabalho, além de revelar que, em grande parte das comunidades em que o trabalho social é desenvolvido em programas habitacionais, o alto número de mulheres chefes de família pode refletir a ausência da figura masculina.

**Tabela 3 - Gênero**

SEXO	Total	Percentual%
Feminino	657	53,6%
Masculino	569	46,4%
Total	1226	100

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

**Tabela 4 - Gênero chefes de família**

SEXO	Total	Percentual%
Feminino	291	72,9%
Masculino	109	27,1%
Total	400	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

**Tabela 5 - Faixa etária das 1226 pessoas**

Faixa Etária	Total	Percentual%
De 0 a 5 anos	125	10,2%
De 6 a 10 anos	104	8,5%
De 11 a 14 anos	128	10,5%
De 15 a 17 anos	71	5,8%
De 18 a 24 anos	149	12,2%

De 25 a 59 anos	532	43,4%
A partir de 60 anos	117	9,4%
Total	1226	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

Predominância da faixa etária de 25 a 59 anos o que equivale a 43,4% da população. Também, como percentual expressivo temos as crianças: 10,5% correspondente à faixa etária de 11 a 14 anos e 10,2% correspondente à faixa etária de 0 a 5 anos. Já as pessoas idosas, a partir de 60 anos, correspondem a 9,4% dos dados coletados. Os dados acima revelam que se faz necessário o desenvolvimento de atividades socioeducativas direcionadas a peculiaridade de cada segmento de faixa etária considerando o potencial e as limitações naturais de cada idade.

**Tabela 6 - Faixa etária dos chefes de famílias**

Faixa Etária	Total	Percentual%
De 17 a 24 anos	35	8,7%
De 25 a 59 anos	293	73,2%
A partir de 60 anos	72	18,1%
Total	400	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

Sob o ângulo das 400 famílias, maioria dos chefes de família (73,2%) se enquadra na faixa etária compreendida entre 25 e 59 anos, ou

seja, fase adulta. Do total de chefes de família (400), 72 casos (18,1% ) são idosos. Tal percentual revela que cada vez mais o número de idosos tem crescido no Brasil e que estes, muitas vezes, são os principais provedores dos seus lares não apenas pelos ganhos de aposentadorias e pensões, mas também pelos rendimentos advindos do trabalho. Segundo dados do IPEA<sup>2</sup>, em 2009 aproximadamente 13,8 milhões de pessoas com mais de 60 anos eram chefes de família.

A maioria, 41,9% dos chefes de família é solteira e também há um número expressivo de União Estável o que corresponde a 21,5%.

**Tabela 7 - Estado civil da população beneficiada**

Estado civil	Total	Percentual%
Casado	155	12,7%
Desquitado/Divorciado	18	1,5%
Solteiro	785	64,1%
União Estável	182	14,9%
Viúvo	56	4,6%
Outros	30	2,2%
Total	1226	100

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

<sup>2</sup> IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**Tabela 8 - Estado Civil dos chefes de família**

Estado civil	Total	Percentual%
Casado	73	18,2%
Desquitado/Divorciado	13	3,3%
Solteiro	167	41,9%
União Estável	86	21,5%
Viúvo	49	12,3%
Outros	12	2,8%
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

Quanto a educação, os dados dos cadastros não fazem indicação à série cursada pelos entrevistados, e sim apresentam uma caracterização geral do nível escolar da população. Um dado relevante observado é que 36,3% dos beneficiários possuem Ensino fundamental incompleto e, seguido a este, vem o total de 16,5% de pessoas apenas alfabetizadas. Conforme os dados obtidos existem 119 pessoas (9,7%) com Ensino médio completo e 118 pessoas (9,6%) que se declaram não alfabetizados. ( tabela 7).

**Tabela 9 - Escolaridade da População beneficiada**

Escolaridade	Total	Percentual%
Não alfabetizado	118	9,6%
Alfabetizado	202	16,5%
Creche	25	2%
Criança	49	4%
Ensino fundamental incompleto	445	36,3%
Ensino fundamental completo	80	6,5%
Ensino médio incompleto	124	10,1%
Ensino médio completo	119	9,7%
Superior incompleto	15	1,2%
Superior completo	04	0,3%
Não informada	45	3,8%
<b>Total</b>	<b>1226</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

O dados da tabela 08 demonstram que no caso de chefes de família, 14% não são alfabetizados e 18% declararam ter o ensino fundamental incompleto (35% )

**Tabela 10 - Escolaridade chefes de família**

Escolaridade	Total	Percentual%
Não alfabetizado	57	14,3%
Alfabetizado	74	18,5%
Ensino fundamental incompleto	139	34,9%
Ensino fundamental completo	25	6,4%
Ensino médio incompleto	36	8,9%
Ensino médio completo	46	11,5%
Superior incompleto	03	0,8%
Superior completo	04	1,1%
Não informada	16	3,6%
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

Referente à renda familiar, 74% dos casos declararam receber até 1 salário mínimo, e 19% não possuem nenhum rendimento no momento da realização do cadastro.

**Tabela 11 - Renda dos chefes de famílias**

Valor da Renda	Total	Percentual%
Até 01 SM*	296	74%
Até 02 SM	21	5,1%
Até 03 SM	02	0,5%

Mais de 03 SM	01	0,3%
Sem renda	80	19,3%
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

\* Salário Mínimo

No universo de 1226 pessoas, existem 40 pessoas com deficiência. Desse quantitativo, 13 se declaram chefes de família (sendo 06 com deficiência física, 03 com deficiência mental, 01 com deficiência auditiva, 01 cadeirante, 01 com deficiência múltipla, 01 com deficiência visual), ou seja, principais provedores da sustentabilidade familiar através do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

**Tabela 12 - Casos com deficiência**

Deficientes	Total	Percentual%
Auditiva	01	2,5%
Cadeirante	02	5%
Física	11	27,5%
Mental	17	42,5%
Múltipla	02	5%
Visual	07	17,5%
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB, 2013

Considerando que no Brasil grande parte da população encontra-se em situação de miséria, o elevado percentual de pessoas que não possui benefício social, 85,1%, pode refletir a pouca efetividade de programas sociais no país, assim como, observa-se que o número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família reflete também uma baixa efetividade de tal programa, uma vez que o número de famílias total é igual a 1226 e o percentual que indica os beneficiários do Bolsa Família é de 143 famílias, o que equivale a 11,7%.

#### **Trabalho Técnico Social (TTS): Etapas e Ações realizadas.**

O TTS Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários da Comunidade Saturnino de Brito, está sendo desenvolvido de forma integrada ao projeto de intervenção física, e partindo da caracterização da população beneficiária sob o monitoramento da CAIXA que avalia cada etapa de execução do TTS mediante a apresentação de relatórios sociais.

Tendo como objetivo desenvolver um conjunto de ações educativas, de acordo com os eixos temáticos do Projeto, objetivando contribuir para a formação de uma cultura de participação e promoção do protagonismo social e metodologia um conjunto de ações educativas que estimulam a construção da cidadania, promovendo à ocupação responsável do solo urbano, o cuidado do meio ambiente e a inclusão social e produtiva, viabilizando desta forma o desenvolvimento da população beneficiária e favorecendo a sustentabilidade do empreendimento. Dessa forma optamos por trabalhar com a metodologia participativa que respeita as limitações e características do público beneficiário e da equipe técnica.

A principal intervenção física do projeto será a realocação de 400 famílias de uma área de risco eminente, visto estarem localizadas em uma encosta, para uma área que proporcione uma melhoria no

padrão de vida e habitabilidade da população local, tendo como pressuposto uma sistematização do Trabalho Técnico Social, de forma participativa junto à comunidade que poderá avaliar e dar sugestões para que as ações possam responder da forma mais adequada possível à necessidade dos beneficiários de forma a priorizar a elaboração coletiva dos procedimentos, propostas e decisões, pois consideramos que o conhecimento não é dado nem está pronto, mas é constituído pela relação de interlocução entre os sujeitos envolvidos, o meio e as relações sociais.

Na Fase Pré Ocupação, as ações já realizadas dentro do Trabalho Técnico Social do Projeto Saturnino de Brito foram as seguintes: (i) Cadastramento das famílias em formulário próprio a fim de manter ativo quadro de beneficiários durante todo o projeto; (ii) Reuniões informativas sobre o que é o TTS, de forma dinâmica, com participação efetiva da comunidade para levá-la a entender seu papel social na nova dinâmica; (iii) Realização de visitas às famílias que estão em aluguel social durante toda execução do projeto, com o objetivo de monitorar e abrir um espaço de confiança, para dúvidas, sugestões e avaliação do trabalho ( Joelma, acredito que este item não foi desenvolvido e por isso não poderá permanecer como atividade realizada no pré ocupação, Se estou equivocada, manda-me os relatórios de realização. ) (iv) Articulação institucional entre os diversos órgãos e entidades que atuam ou que podem atuar na área, para potencializar todos os recursos disponíveis; e (v) Inclusão e acompanhamento das famílias que tiveram quem entrar no Aluguel Social.

#### **Trabalho Técnico social a ser realizado.**

O trabalho técnico social a ser realizado na Comunidade Saturnino de Brito, será terceirizado, a PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa), através da Secretaria de Habitação social, irá contratar uma empresa para realizar todo Trabalho Social com os Beneficiários do

Conjunto Habitacional, trabalho esse acompanhado pela Coordenação de Trabalho social. ( Joelma : a situação me causa preocupação pois no PTS –P já deveria ter começado um efetivo monitoramento das famílias em aluguel social, mesmo antes da retirada de pessoas, conforme sabemos.)

Todas as atividades a se realizarem estão especificadas no TR (Termos de referência), para contratação de empresa,descrito a seguir:

-Mobilização, Organização e Fortalecimento Social.

Este eixo tem como finalidade desenvolver ações informativas sobre o projeto, organização do suporte as intervenções físicas, a articulação para apoio e parcerias, além da capacitação da equipe técnica e a avaliação e monitoramento das atividades, através de:

- Reuniões informativas sobre o que é o TTS, de forma dinâmica, com participação efetiva da comunidade para levá-la a entender seu papel social na nova dinâmica;
- Acompanhamento das obras, pela comunidade, a fim de manter a transparência dentro do processo produtivo, como também incentivar a corresponsabilização dos beneficiários no desenvolvimento do Projeto;
- Realização de visitas domiciliares durante toda execução do projeto, com o objetivo de monitorar e abrir um espaço de confiança, para dúvidas, sugestões e avaliação do trabalho;
- Produção de material com o conhecimento construído (fotos, textos, relatórios, etc.) no decorrer de todo o trabalho;
- Articulação institucional entre os diversos órgãos e entidades que atuam ou que podem atuar na área, para potencializar todos os recursos disponíveis;
- Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção

Este eixo visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da execução.

- Desenvolvimento Socioeconômico

Entre as ações voltadas para a geração de trabalho e renda, serão ministradas oficinas sobre cooperativismo e associativismo em economia solidária, além de cursos de formação e qualificação profissional, inclusão dos beneficiários nos programas de geração de trabalho e renda oferecidos pela PMJP e o incentivo e acompanhamento à criação e/ou expansão do próprio negócio, bem como o apoio à formação de cooperativas, feiras populares e espaços alternativos de produção. Tais cursos serão oferecidos de acordo com a realidade e necessidades da comunidade em pauta. Explorando:

- As potencialidades da população local;
- Articulação de parcerias com órgãos e entidades para apoio técnico e financeiro as grupos de produção e/ou serviços, independentes de serem individuais,familiares e comunitários já existentes ou a serem implantados;
- Formação profissional, a fim de capacitar e oportunizar a população para inserção no mercado de trabalho;
- Encaminhamento das pessoas para órgãos/entidades de intermediação de emprego ou capacitação profissional;
- Educação Ambiental e Patrimonial

Em relação ao eixo Educação Ambiental e Patrimonial, acontecerão atividades com enfoque na questão ambiental, sanitária, patrimonial, mobilidade humana e saúde. Tais atividades dizem respeito a campanhas educativas e oficinas que levarão a população beneficiária a desenvolver hábitos saudáveis e cuidados tanto

peçoais, quanto com as novas moradias e equipamentos comunitários resultando no respeito ao meio ambiente e ao próximo. As ações deste eixo acontecerão a partir de aspectos como:

- Trabalhar a comunidade, no sentido de provocar, acelerar e orientar em relação às mudanças que envolvam os aspectos sanitários e ambientais;
- Realização de reuniões, palestras e oficinas preparar a população, para a utilização e conservação adequada e responsável dos serviços implantados, das melhorias habitacionais, especialmente às que se referem às unidades sanitárias à rede coletora de esgotos e uso racional de água e energia elétrica, contribuindo, inclusive, para a diminuição dos gastos das famílias;
- Realização de Campanhas de educação sanitária e ambiental, com a participação da comunidade como todo desenvolvendo ações que levem a mudanças de hábitos e reconhecimento das questões ambientais pertinentes ao seu ambiente;

#### **- Monitoramento e Avaliação**

O monitoramento do TTS ocorrerá durante todo o período de execução.. O objetivo do monitoramento é promover ajustes no decorrer da execução do projeto, possibilitando identificar o grau de satisfação / insatisfação dos usuários; verificar se os objetivos e metas estão sendo cumpridos; incluir novas ações e reprogramar atividades previstas no cronograma; encaminhar demandas relacionadas às obras para o setor de engenharia; fortalecer a interação entre o setor social, de engenharia e os diversos parceiros; como também permite mensurar o grau de participação da população beneficiária, os resultados e impactos que o PTTS pretende alcançar. Dessa forma, os instrumentos que compõem a avaliação são: Livro de Ocorrências; Relatórios Mensais de Acompanhamento; Relatórios Semestrais; Relatório Final; Registro

fotográfico; Reuniões sistemáticas com equipe técnica, entidades parceiras e Comissão de Moradores; Alimentação de um banco de dados através de ficha de cadastro; Pesquisa pós-obras. Nos Relatórios mensais que serão utilizados na implementação do Projeto, que subsidiam também o processo de avaliação, as atividades serão discriminadas em: atas, registros fotográficos, listas de frequência das reuniões e oficinas, coleta de depoimentos, registro das falas, relatórios de visitas domiciliares, anotações de campo, registros dos atendimentos no canteiro social, entrevistas e questionários avaliativos.

O monitoramento entregará os seguintes relatórios

- Mensalmente: Relatórios de Acompanhamento.
- Semestralmente: Relatório Semestral de Avaliação.
- Ao final da execução: Relatório Final.
- Três meses após o término do TTS: Relatório Final de Avaliação

## **PRODUTOS**

### **Mobilização, Organização e Fortalecimento Social.**

- Reunião informativa para os beneficiários com a presença das secretarias envolvidas no projeto (02);
- Reuniões informativas sobre o PTTS na comunidade (04);
- Reuniões para formação da CAO - Comissão de Acompanhamento de Obras (04);
- Visitas domiciliares (30 meses);
- Reuniões mensais da equipe técnica para avaliação e planejamento das atividades do TTS (30);
- Elaboração de relatórios mensais de atividades (30 meses);

- Avaliação pós-ocupacional com os beneficiários do projeto (03 meses);
- Elaboração do relatório final (01 mês);
- Realização de reunião envolvendo representantes de ONG's, instituições privadas e filantrópicas para apoio as ações a serem desenvolvidas pelo TTS (01);
- Seminário para capacitação sobre trabalho técnico social - TTS (01 mês);
- Sorteio das unidades habitacionais e orientação sobre os procedimentos para a entrega destas (01);
- Acompanhamento no processo de mudança para as novas unidades habitacionais (02 meses);
- Reunião para avaliação do período de adaptação dos beneficiários nas novas unidades habitacionais (01 mês);
- Monitoramento pós-ocupacional (15 meses);
- Reuniões informativas sobre o acesso dos beneficiários às tarifas sociais (04);
- Reuniões informativas para socializar oferta e localização de serviços públicos essenciais na nova área (educação, saúde, lazer, segurança pública e assistência social) (04);
- Reuniões sobre os princípios de gestão condominial (04);
- Oficinas para discussão e confecção do Regimento Interno do Condomínio (04);
- Reuniões para apresentação, discussão e aprovação do Regimento Interno do Condomínio, eleição do (s) síndico (s) e conselho fiscal (04);

- Reunião para Capacitação do (s) síndico (s) e conselho fiscal do condomínio
- Feira de Serviços (01);
- Oficina sobre Direito a Moradia, Habitabilidade e Cidadania (04);
- Oficinas sobre vizinhança e convivência comunitária (04);
- Oficinas sobre Violência Doméstica (04);
- Palestras sobre Segurança Pública (04);
- Oficinas sobre Igualdade e Equidade Étnico Racial e de Gênero (04);
- Palestras sobre o Direito do Idoso (04);
- Palestras sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (04);
- Oficinas sobre qualidade de vida com atividade física (04);
- Palestras sobre Protagonismo Social (04);
- Palestras sobre Associativismo seu papel e sua importância no desenvolvimento da comunidade (04);
- I Oficina cultural sobre a História da Comunidade Saturnino de Brito;
- Visita ao Centro Cultural da ENERGISA (01);
- Visita a Estação de Tratamento da CAGEPA (01);
- Visita a fábrica de cimento CIMEPAR (01);

#### **Desenvolvimento Socioeconômico**

- Reuniões para identificação e encaminhamento de trabalhadores beneficiários do Programa como mão-de-obra na construção civil (02);
- Reuniões para identificação dos grupos de produção existentes na comunidade (04);

- Apoio e acompanhamento aos grupos de produção existentes na comunidade (03);
- Oficinas sobre Economia Solidária (04);
- Oficinas sobre Cooperativismo (04);
- Capacitação profissional com o objetivo de inserir os beneficiários do projeto no mercado de trabalho – 07 cursos profissionalizantes;
- Acompanhamento Social nos 07 Cursos Profissionalizantes (06 meses);
- Entrega dos Certificados dos cursos (06 meses);
- Palestras sobre Empreendedorismo (04);
- Palestras sobre Gestão Empresarial Básica (04);
- Palestras sobre Empreendedor Individual (04);
- Palestras sobre planejamento e abertura do próprio negócio (04);
- Incentivo e acompanhamento à criação e/ ou expansão do próprio negócio e apoio a formação de cooperativas – distribuição de Kits de acordo com os cursos realizados (02 meses);

#### **Educação Ambiental e Patrimonial**

- Realização de passeios ecológicos com os beneficiários (02);
- Oficinas para elaboração de material didático informativo para a campanha educativa sobre Educação Sanitária e Ambiental (04);
- Campanha Educativa sobre Educação Sanitária e Ambiental (01);
- Oficinas sobre coleta seletiva, reciclagem e armazenamento do lixo (04);
- Oficina sobre Conservação e uso racional da água e energia elétrica (04);

- Oficina sobre poluição sonora (04);
- Oficina sobre a importância do saneamento para a eliminação de doenças epidêmicas e de veiculação hídrica (04);
- Oficinas sobre utilização e conservação das unidades habitacionais e equipamentos comunitários (04);
- Oficina sobre Acessibilidade (04);
- Oficinas sobre Saúde da Mulher (04);
- Oficinas sobre Gravidez na Adolescência (04);
- Oficinas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (04);
- Oficinas sobre Drogas e Violência (04)

#### **Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção**

- Apoio na atualização de cadastro para regularizar a posse dos imóveis de todos os beneficiários com o Projeto PAC na Comunidade Saturnino de Brito;
- Apoio na reunião com a comunidade para avaliar o processo de implantação do projeto, as etapas de cadastramento e levantamento técnico, cópias de documentos, e propor soluções para manutenção ou alteração de procedimentos;
- Apoio na reunião com lideranças para engajamento destes nas atividades de preparação das etapas de mobilização comunitária e cadastramento da população.

#### **Itens que estarão incluídos nas ações a serem desenvolvidas:**

- Locação dos equipamentos audiovisuais, quando necessário;
- Moderação das oficinas, palestras, campanhas, seminários e reuniões temáticas;
- Realização de cursos;

- Fornecimento de um kit a cada participante da oficina ou curso, constando todo material necessário ao evento, incluindo crachá de identificação;
- Fornecimento de um lanche, aos participantes, por cada período de quatro horas de curso, oficina, entre outras atividades.
- Fornecimento de material didático-pedagógico e de apoio, necessário aos eventos;
- Reprodução de documentos e textos que venham a ser utilizados ou distribuídos nos eventos;
- Divulgação dos eventos;

Ressaltamos que todas as atividades deverão ser documentadas com fotos, lista de frequência e relatórios das reuniões e eventos. Todos os arquivos deverão ser apresentados também em meio magnético. Destacamos ainda que a equipe técnica social da PMJP ficará responsável pelo monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pela empresa licitada como também fica sobre responsabilidades da PMJP atividades que vem a envolver atualização de cadastros (cadastramento das famílias em formulário próprio), cadastro das famílias no CADÚNICO, visitas ao canteiro de obras com a comissão de moradores, definição e estruturação do canteiro social, atendimentos no canteiro social, visitas domiciliares, sorteio das unidades habitacionais e orientação sobre os procedimentos para entrega destas, vistoria das unidades habitacionais pelas famílias beneficiadas e reunião com as secretarias envolvidas para a discussão sobre o remanejamento das famílias.

O Projeto de Trabalho Técnico Social de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários da Comunidade Saturnino de Brito, contrato nº 0350330-84/2011, será realizado no Município de João Pessoa, na Comunidade Saturnino de Brito e contemplará

diretamente 400 famílias que serão beneficiadas com novas Unidades Habitacionais, como também as comunidades do entorno que serão contempladas com obras de infraestrutura e urbanização que se encontram num raio de aproximadamente 1 km.

As ações do trabalho técnico social serão executadas em um prazo de 30 (trinta) meses, sendo 15 (quinze) meses durante o período de obras e 15 (quinze) meses após as obras, incluindo o prazo de 03 meses após o término do PTTS, para a Pesquisa Pós-Ocupação. Na ocorrência ou descumprimento e/ou prorrogação do cronograma de obras, os cronogramas/prazos do PTTS sofrerão adequação e prorrogação no sentido de garantir sua execução durante todo o período de obra e após obra. Os prazos de obras que estão previstos são 18 meses para obra de infraestrutura e 18 meses para construção de 400 unidades habitacionais.

O valor global do Projeto de Trabalho Técnico Social de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários da Comunidade Saturnino de Brito, é de R\$ 1.063.339,09. Deste montante R\$ 387.704,30 destinados para execução das atividades previstas no Cronograma de Atividades, previamente, aprovado pela contratante; R\$ 432.269,62 destinados a contratação de 02 (dois) profissionais com formação em serviço social ; 01 Apoio Administrativo com nível médio completo e Carteira de Nacional de Habilitação – CNH ; uma Coordenação Geral com formação em Serviço Social ; e R\$ 212.667,80 referentes a pagamentos de encargos. Vale salientar que os pagamentos serão efetuados após a constatação da realização das atividades, com base nos relatórios mensais, acompanhados dos documentos que comprovem sua efetivação, em duas vias e em CD. Reais e oitenta e centavos que somados a contrapartida de R\$ 30.697,37 perfazem o valor total destinado a execução do projeto. Além das atividades desenvolvidas, nos relatórios constarão despesas com os profissionais alocados.

### Capítulo 3 – Conclusões

Sintonia do processo de realocização Projeto Saturnino de Brito com a OP 710.

Diretrizes da OP 710.	Comentários da consultora sobre sintonia do processo de realocização Saturnino de Brito com a OP 710
“Se tomarán todas las medidas posibles para evitar o reducir al mínimo la necesidad de reasentamiento involuntário”	<p>O programa MCMV foi criado e está operando para atendimento da demanda reprimida por moradias destinada à população de baixa renda.</p> <p>Quatro mecanismos conjugados formam a demanda: (i) pessoas buscam espontaneamente a SEMHAB para se inscrever como candidato à uma unidade habitacional produzida através do MCMV. (ii) Através do orçamento participativo, lideranças de bairros reforçam solicitação de produção de moradias para população de baixa renda. (iii) pessoas em situação de risco buscam através de suas lideranças atendimento da SEMHAB para saírem de áreas de risco; (iv) Lideranças buscam também ajuda no Ministério Público que determina ( ou não) a priorização de atendimento para população de risco. Nesta perspectiva é meu entendimento pessoal que o Projeto Saturnino de Brito não causa reassentamento de natureza involuntária. O projeto Saturnino de Brito disponibilizará 400 moradias, disputadas por uma demanda por habitações populares que atualmente alcança, em João Pessoa, mais de trinta mil famílias.</p>
En el diseño y ejecución del plan de reasentamiento, se tomarán en cuenta los puntos de vista de la población afectada y, cuando sea posible, se establecerán procedimientos voluntarios para determinar qué hogares habrán de ser reubicados. El plan asegurará también que las personas desplazadas tengan acceso a oportunidades de empleo y servicios urbanos equivalentes o mejores.”	A solução de moradia é ofertada já desenhada por um empreendedor, com o projeto já localizado em determinado terreno. A pessoa é chamada na SEMHAB para receber o benefício e tem o direito de declinar se não quiser ir para o CH indicado. No caso da população em situação de risco, ela também pode permanecer no aluguel social caso não queira ir para o CH em questão. No caso do Residencial Saturnino de Brito, percebi insistência pelo término do CH. Muito em função do aluguel social. (Ver Dossiê da Consulta).
Quando el desplazamiento sea inevitable , se deberá preparar un plan de reasentamiento que asegure que las personas afectadas serán indemnizadas y rehabilitadas de manera equitativa y adecuada . La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que,	Para receber recursos da CAIXA dentro do PMCMV, é necessário apresentar proposta de trabalho técnico social, conforme descrito nos capítulo 1 e no CAPITULO 2 deste documento. Assim, entendo que os (i) Projeto de Trabalho Social – Preliminar (PTS-P); (ii) Projeto de Trabalho Social – (PTS) e ; (iii) PDST – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial compõem um Plano de

<p>en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo, equivalentes a lo que tenían anteriormente</p>	<p>Reassentamento tal como requerido pelo Banco. No caso do Saturnino de Brito, o TTS está palnejado e somente começara a ser desenvolvido quando a construção do CH alcançar o percentual de avanço determinado pela Caixa.</p> <p>(ii) Referente à garantir que a população reassentada receberá melhores condições de vida, ver no capítulo 2 as condições do habitat em área de origem,</p> <p>(ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias. No SB é usado o expediente do aluguel social, e as famílias estão há muito tempo nesta situação, reclamando também do valor pago ( R\$ 200,00).</p> <p>(iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, Não ocorrerá desmantelamento de redes sociais pois população de uma mesma comunidade seguirão para CH localizado a menos de quinhentos metros do local de origem. A população apresenta resistência em compartilhar o CH com pessoas vindas de outros locais ( Ver Dosiie de Consulta)</p> <p>iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico. Pelos levantamentos que realizei, tive oportunidade de observar várias ações desenvolvidas pelo trabalho técnico social, vinculadas ao tema, tais como As ações pós traslado sobre geração de renda , apoio à inserção no mercado de trabalho; apoio à redução da violência com implantação de um posto de polícia comunitária dentro do conjunto, entre outros.</p>
<p>Reasentamiento Temporal . Cuando un proyecto requiera la reubicación temporal de personas, las actividades de reasentamiento estarán sujetas a consideraciones y criterios que sean congruentes con esta política y, a la vez, se tomará en cuenta la naturaleza temporal del desplazamiento. El objetivo continúa siendo reducir al mínimo la perturbación de la población afectada. Se dedicará especial atención a evitar los impactos negativos e irreversibles (tales como la pérdida permanente de empleo), a la prestación de servicios temporales adecuados y, cuando sea apropiado, a la indemnización por dificultades causadas por la transición.</p>	<p>O Projeto Saturnino de Brito utiliza o mecanismo do aluguel social, causando a meu ver, transtornos para a população que já está inserida neste mecanismo há mais de dois anos. População reclama e se queixa do tempo em que estão em aluguel social bem como do valor do mesmo. ( Ver Dossie de Consultas). Em reunião realizada com a presença do Vice Prefeito, SEMHAB e SEDES ( ver em anexo lista de presença e fotos, chegamos à um acordo ( ver ofício em anexo) para implantação imediata de medidas para minimizar os transtornos citados.</p>
<p>La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que, en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: i) lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo, equivalentes a lo que tenían anteriormente; ii) recobrarán todas las pérdidas</p>	<p>A “ indenização e reabilitação precisará levar em conta, no Saturnino de Brito, condições físicas e socioeconômicas distintas, ( representadas por pessoas que estavam em cima da barreira e por pessoas que estavam na faixa abaixo da barreira). podem emergir em duas situações : (i) no caso, é usado o aluguel social para retirar de imediato famílias em situação de risco. Não ocorrem dificuldades de manter emprego- trabalho pois as famílias em sua grande maioria conseguir</p>

causadas por dificultades transitorias; iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, oportunidades de trabajo o producción y del acceso a recursos naturales y servicios públicos; y iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico.	permanecer perto do bairro de origem, conforme demostrado no capítulo 2.. (iii) Quanto a serviços urbanos, a população que irá para o Saturnino continuará utilizando os mesmos serviços do entorno, uma vez que o CH está localizado a menos de quinhentos metros da área de origem.(ver capítulo descrevendo o empreendimento e seu entorno) .
Análisis del Riesgo de Empobrecimiento . Cuando la información de base indique que un número importante de las personas que se reasentarán pertenecen a grupos marginales o de bajos ingresos, se prestará especial consideración al riesgo de empobrecimiento que enfrentarán como consecuencia del reasentamiento debido a: i) la pérdida de vivienda, tierras, acceso a propiedad común u otros derechos a bienes raíces, debido a la falta de titulación transparente, presiones económicas u otros factores; ii) la pérdida de empleo; iii) la pérdida de acceso a los medios de producción; iv) la inseguridad alimentaria y el aumento de la morbilidad y mortalidad; v) la desarticulación de las redes sociales; y vi) la pérdida del acceso a la educación.	(i)A perda de moradia em risco será compensada pela oferta de outra moradia digna no CH. (ii)Não ocorrerá perda de emprego/trabalho em função do processo de reassentamento em função da localização do CH, que permite a continuidade de atividades anteriormente realizadas. Mesmo na situação transitória ( aluguel social )esse tipo de perda está minimizado em função da localização da maioria das pessoas em casas alugadas no mesmo bairro. (iii) considero que não ocorrerão perdas do acesso à educação. As pessoas continuarão estudando em escolas do entorno, onde já estavam matriculadas anteriormente.
Participación de la Comunidad . El plan de reasentamiento incluirá los resultados de las consultas que se realicen de una manera oportuna y socioculturalmente adecuada con una muestra de personas representativas de las comunidades desplazadas y receptoras. Durante la etapa de diseño, se realizarán consultas que continuarán durante la ejecución y el seguimiento del plan, ya sea de manera directa o por la vía de instituciones representativas y organizaciones de la comunidad. Se identificarán con cuidado los subgrupos más vulnerables para asegurar que sus intereses están debidamente representados en el proceso.	O envolvimento das partes interessadas deve ser melhorado no caso do Saturnino de Brito, e isso poderá ser feito com os seguintes encaminhamentos :  Atendendo o pedido da população realizado na Consulta ( ver Dossiê de Consulta dos projetos de contrapartida), que consiste em transferir o local de assinatura do recebimento do aluguel para escola próxima ao bairro. Isso propiciaria momentos de consultas permanentes ao longo do ciclo do projeto uma vez que as pessoas, mensalmente estariam reunidas em um mesmo local.  Iniciando imediatamente o TTS que garante também realização de consultas.  Ver também Plano de Consulta incluído no Dossiê de Consulta registrando os primeiros eventos de consulta e envolvimento das partes interessadas.
Marco Jurídico e Institucional . En el plan de reasentamiento se deberá identificar el entorno jurídico e institucional en cuyo marco se aplicarán las medidas de indemnización y rehabilitación. El primer paso que se debe dar al elaborar el conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación consistirá en determinar los derechos de las personas afectadas en el marco de las leyes y normas aplicables.	Os direitos das pessoas realocizadas para o CH Saturnino de Brito são definidos pelo Ministerio das Cidades/ Programa Minha Casa Minha Vida ( ver capítulo 2 deste documento).  Considerações ambientais – Todo projeto financiado pela CAIXA, como é o caso do Saturnino de Brito deve cumprir com os tramites de licenciamento ambiental.

<p>Medio Ambiente. Los planes de reasentamiento deberán tomar en cuenta las consideraciones ambientales para prevenir o aliviar los efectos causados por el desarrollo de infraestructura, la mayor densidad demográfica del área receptora o la demanda excesiva de recursos naturales y las presiones sobre zonas ecológicamente vulnerables. Cuando la magnitud del componente de reasentamiento o la naturaleza de las zonas afectadas así lo requiera, para cada uno de los lugares de reubicación propuestos se realizará una evaluación del impacto ambiental, incluida la capacidad de sustento y efectos socioeconómicos en la comunidad receptora y el plan de ordenación ambiental se incluirá en el plan de reasentamiento.</p>	<p>Não se aplicam as demais considerações sobre o tema.</p> <p>Adicionalmente ESG promoveu, recentemente, realização de um RAA para cada um dos projetos de contrapartida, e portanto as demandas socioeconômicas da OP 710 com relação ao tema serão cumpridas.</p>
<p>Seguimiento y Evaluación . El componente de reasentamiento de una operación debe estar cubierto completa y específicamente en los informes de progreso del proyecto</p>	<p>NO caso do Saturnino de Brito o TTS ainda está muito frágil. Quando operacionalizado em sua totalidade emitira correspondes relatórios de monitoramento e avaliação, conforme especificado no capítulo 2 deste documento. Faz parte das exigências da CAIXA apresentação de relatórios de todas as ações realizadas tanto no pre como no pós traslado. Esses relatórios denominados Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - RATS, são apresentados à CAIXA mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc., Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc. e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados.</p>
<p>Cronograma. Se deberá preparar un plan de reasentamiento preliminar como parte de la evaluación del impacto ambiental y social (EIA). Este plan incluirá un proceso significativo de consulta con la población afectada y deberá ser parte del EIA antes de que se realice la misión de análisis.</p>	<p>O uso do aluguel social provocou um “vazio” para o TTS . Na estrutura dos planos que deve apresentar à Caixa não há orientações de conduta para esta etapa. Assim, ações do PT-S, já foram realizadas com o cadastramento das famílias. Mas o PTS e o PTSD estão em elaboração.</p>

## B . Ajustes

Para o caso do Saturnino de Brito considero necessário: (i) elaboração de PAC e o mesmo deve ser elaborado pela SEDES e SEMHA, sob orientação do BID.

Neste Plano deverão constar, entre outros ajustes nas condutas adotadas até o momento que poderão ser indicadas por ESG, para acompanhamento das famílias que estão em aluguel social :


Elaboração de Projeto de monitoramento, com linha de base com informações sócio econômicas no momento em que a família foi incluída no aluguel social; (ii) coletas de dados bimensal, observando evolução de cada uma das informações da Linha de Base. (iii) Envio ao BID: a) projeto de monitoramento; b) relatórios bimensais sobre evolução das variáveis consideradas.

Iniciar ação imediata de informação às famílias sobre inclusão em benefícios sociais que poderão minimizar um pouco a desatualização do valor do aluguel social de R\$ 200,00 que vigora desde 2014. Não podendo alterar o valor do aluguel, definido pelo Ministério das Cidades, a facilitação de acesso a benefícios sociais para aquelas famílias que ainda não possuem.

Alterar, imediatamente, o local de assinatura dos recibos do aluguel social, atualmente realizado em recinto do PMJP. Conforme solicitação das famílias realizado na Consulta Pública o evento deverá passar a ocorrer em dependência da Escola onde a consulta foi realizada, facilitando assim o acesso das pessoas.

Agilizar o máximo possível a construção do CH Saturnino de Brito pois isso possibilitará encurtar o tempo das famílias em aluguel social. O empreendimento foi atrasado por questões de discussão de valores de indenização com o proprietário do terreno onde está sendo construído o CH.

Os pontos I e II estão, a meu ver, compromissados através do ofício encaminhado da SEDES para a consultora, inserido logo após neste documento.

  
**Secretaria de Desenvolvimento Social**  
**Gabinete do Secretário**

---

**OFÍCIO Nº 235/2017 – GS**

João Pessoa, 22 de março de 2017

A sua Senhoria o Senhor  
**ADNILSON DE OLIVEIRA FERREIRA**  
Secretário da Receita Municipal – SEREM  
**ATT: MARÍLIA SCOMBATTI**  
Consultora do BID – Aspectos Sociais

Senhor Secretário,

**ASSUNTO:** Monitoramento das 271 famílias incluídas no Auxílio Moradia da Comunidade Saturnino de Brito e adjacências.

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, apresentar a Vossa Senhoria, informações importantes relativas ao acompanhamento das famílias incluídas no Auxílio Moradia da Comunidade Saturnino de Brito e adjacências, como também apresentar proposta de monitoramento, de acordo com as diretrizes do BID.

A Secretaria de Desenvolvimento Social- SEDES atende as famílias em situação de vulnerabilidade social, através dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, responsável pela efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, atendendo aos princípios regidos pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, através do art. 4º, portanto, das 271 famílias incluídas no Auxílio Moradia, 136 recebem bolsa família, benefício continuado que é pré-requisito para inclusão no Auxílio 110 receberam cesta básica, 54 receberam enxoval, em parceria com o PSF da área.



SEDES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
RUA CARLOS DE ALMEIDA, 1222 - 50110-100 - JOÃO PESSOA



Informamos ainda que todas as famílias são atendidas pelo CRAS e tem seus serviços à disposição para qualquer um que deles necessitar, ao mesmo tempo, nos comprometemos a apresentar estratégia de Ação Integrada na referida área, onde serão divulgados os serviços cuja comprovação ocorrerá após sua efetivação.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração, ao tempo em que nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO PEDROSA**  
Secretário de Desenvolvimento Social

  
**MANOEL JÚNIOR**  
Vice Prefeito de João Pessoa

# Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas

## ANEXO PERR

Programa Desenvolvimento Urbano Sustentável de  
João Pessoa ( BRL ).  
Projetos habitacionais oferecidos em contrapartida.

Saturnino  
de Brito

## Apresentação

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID entende que a participação pública é um elemento essencial para a implementação de projetos por ele financiados. Dessa forma, durante a análise dos projetos propostos, o Banco dá especial atenção à avaliação da adequação e integridade do envolvimento das partes interessadas durante a sua preparação. Assim sendo, a realização de consultas, bem como o envolvimento das partes afetadas pelos projetos, consta das políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco.

Como parte do Programa de Desenvolvimento Integrado de Joao Pessoa o Banco aceitará como contrapartida da Prefeitura de Joao Pessoa, três Conjuntos Habitacionais (CHs) que estão sendo construídos com financiamento da Caixa Econômica Federal – CAIXA, com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Considerando que qualquer projeto incluído em um programa do Banco deve cumprir com suas políticas de salvaguardas ambientais e sociais, é necessário realizar uma consulta com as partes afetadas, e desenvolver outras atividades e mecanismos de consulta e participação da comunidade, como parte do processo de análise ambiental e social para o Programa.

O objetivo dessas atividades e mecanismos é assegurar que todas as pessoas afetadas estejam plena e adequadamente informadas sobre os potenciais impactos de cada Conjunto Habitacional proposto, incluindo impactos positivos e negativos, diretos e indiretos. Por isso, este Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas para os Conjuntos Habitacionais do Programa de Desenvolvimento Integrado de Joao Pessoa foi desenvolvido para os três CHs propostos como contrapartida: CH Residencial Vista Alegre; CH Residencial Colinas de Gramame e CH Saturnino de Brito.

Este documento, formatado pela socióloga Marilia Scombatti contém: ( i) Plano de Consulta,. (ii) Atas, Fotos, e Lista de Presença, das consultas realizadas para cada um dos projetos de contrapartida.

Convém salientar que o documento está em versão preliminar. Ainda que as falas dos participantes das consultas bem como as fotos e lista de presença não poderão ser alteradas, é possível que ocorram sugestões de ESG com relação à estrutura do documento, levando assim a uma reformatação do mesmo após comentários que deverão ser realizados durante a missão de análise que se realizará nos dias 10 a 13 de abril de 2017.

## I. Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas <sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

- SÍNTESE DO PROGRAMA

Trata-se de um Programa multisetorial de múltiplas obras, cujo objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal. Os objetivos específicos relacionados com as obras de infraestrutura são diminuir áreas de urbanização precária, reduzir o déficit habitacional e modernizar os instrumentos de planejamento urbano. Os demais objetivos são de caráter institucional e não têm implicações ambientais e sociais, como por exemplo, promover a capacitação para o trabalho, ampliar a geração de emprego por meio de alianças institucionais e com o setor privado, e modernizar a gestão/administração pública e fiscal.

Os projetos propostos incluem recuperação de áreas de várzeas, como no Complexo Beira Rio, remediação de áreas contaminadas, como no Lixão do Roger, e habitações populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Embora todas sejam obras que trarão grandes impactos positivos para a população afetada e para os bairros onde se inserem, implicam em remanejamento e /ou reassentamento de famílias, ações que devem ser realizadas em conformidade com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco, para evitar impactos negativos significativos e permanentes. Os projetos da amostra são Conjuntos Habitacionais do PMCMV que a Prefeitura de João Pessoa está oferecendo como contrapartida.

Em termos sociais, os impactos positivos se refletem na provisão de moradias dignas e adequadas para as famílias beneficiárias do PMCMV e para aquelas originárias de moradias precárias e insalubres localizadas em áreas de risco ou áreas irregulares. Além disso, as famílias afetadas também se beneficiarão de novas oportunidades econômicas proporcionadas pelos projetos do Programa e pela revitalização econômica dos bairros beneficiados.

No entanto, durante a execução das obras deverão haver impactos negativos, ambientais e sociais, entre os quais os mais prováveis são: aumento da poluição atmosférica por poeiras e partículas; e possibilidade de contaminação do solo e do lençol freático por efluentes líquidos domésticos, e por eventuais derrames de lubrificantes e outros óleos; aumento de ruídos; aumento de tráfego de veículos pesados e consequentemente maiores riscos de acidentes entre veículos e pedestres; e riscos de acidentes de trabalho com operários, entre outros. Esses impactos serão temporários, reversíveis e passíveis de mitigação com medidas standards, as quais estarão consolidadas no Plano de Gestão Ambiental do Programa (PGAS) e no Plano de Controle Ambiental das Obras (PCAO), específicos para cada projeto. Além disso, haverá ainda um PGAS para o programa como um todo (Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS).

No caso dos Conjuntos Habitacionais oferecidos em contrapartida, as famílias beneficiadas serão em sua maioria aquelas que voluntariamente se inscreveram no Cadastro Único construído pela Secretaria Municipal da Habitação (SEM HAB-PMJP), em parceria com a Caixa Econômica Federal (PMCMV). Uma pequena parte das unidades habitacionais em cada conjunto é reservada para o reassentamento de famílias em situações de risco (áreas inundáveis, sujeitas a deslizamentos, vítimas de violência doméstica, entre outras) e são designadas

---

<sup>3</sup> A consultora agradece a colaboração de Elizabeth Brito / ESG por suas orientações.

pela Defesa Civil e/ou pelo Ministério Público. Os impactos negativos dos remanejamentos, ainda quando voluntários, podem incluir a perda das redes de apoio social, maiores dificuldades para acesso ao trabalho, a escolas, a serviços de saúde, etc... Para evitar e mitigar esses impactos, serão implementados um Plano Diretor de Reassentamento (PDR) para o programa como um todo, e Planos Específicos de Reassentamento (PERs) e programas de recomposição dos meios de vida, para cada Conjunto Habitacional, em conformidade com a OP-710 do Banco e os requerimentos do Trabalho Técnico Social (TTS) pós-ocupação estabelecidos no PMCMV.

- **OBJETIVO**

O presente Plano visa estabelecer as diretrizes e princípios para a realização das consultas públicas referentes a cada um dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV oferecidos como contrapartida pela Prefeitura de João Pessoa, identificando os grupos e setores que irão participar das consultas, os princípios gestores das mesmas, os locais previstos para sua realização, os mecanismos de divulgação e disponibilização de documentos pertinentes, a forma de registro e atendimento das demandas advindas das partes interessadas, e mecanismos de avaliação.

- **PRINCIPIOS**

Seguindo as guias e diretrizes do Banco, as consultas serão consistentes com os seguintes princípios:

O primeiro passo para um processo de consulta efetivo e representativo é a identificação dos diferentes grupos interessados e afetados pela proposta. No caso dos Conjuntos Habitacionais em pauta, entre as pessoas afetadas encontram-se não somente aqueles futuros moradores/beneficiários do PMCMV, além de lideranças comunitárias e do Orçamento Participativo.

Será assegurado as famílias e os representantes da comunidades envolvidos com o processo do reassentamento nos CHs oferecidos em contrapartida reflitam adequadamente os interesses das partes envolvidas.

- **Mecanismos e métodos**

Os mecanismos de participação e consulta devem ser concebidos para ser socioculturalmente apropriados, de acordo com os diferentes grupos de interesse e devem permitir a plena expressão de opinião.

Para cada consulta haverá um profissional responsável pela elaboração da Ata da Reunião, com conhecimento dos projetos e capacidade para sistematizar as discussões e questões apresentadas pelos participantes e para tirar fotos do evento.

- **DIVULGACAO**

As pessoas serão convidadas uma semana antes da data de realização do evento através de redes sociais ( watsap). O uso desse expediente está consagrado entre as pessoas já realocizadas para os CH e entre

aquelas que ainda está por vir.. Não é mais possível, hoje em dia, declinar das redes sociais para mobilização da sociedade. O meio é também utilizado para comunicações entre a SEMHAB e os Beneficiários de Conjuntos Habitacionais.

Poderão ser disponibilizados no site da Secretaria de Habitação ([www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/habitacao](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/habitacao)), do Município de Joao Pessoa, os seguintes documentos:

- Os Relatórios das Consultas (Dossiê de Consulta)
- Plano Especifico de Reassentamento e Relocação (PERR) para cada CH, quando estiver disponível sua versão final.

Ressalta-se que os documentos supracitados também estarão disponíveis em meio físico nas Na SEMHAB.

- Continuidade no processo de participação

Embora este Plano tenha sido concebido como parte dos processos de análise ambiental e social do Projeto, o BID entende que a participação deve ser um envolvimento contínuo dos principais grupos de partes interessadas. Portanto, além da consulta pública, devem ser previstos outros mecanismos para permitir um diálogo constante entre as comunidades afetadas, o órgão responsável pelos Conjuntos Habitacionais, e o Banco, durante a execução do Programa.

Um dos mecanismos de consulta e participação que poderão ser utilizados são os mecanismos existentes na Caixa para a gestão de queixas e reclamações, especificamente os programas de “Ouvidoria” ([http://www1.caixa.gov.br/ouvidoria/defesa\\_consumidor.asp](http://www1.caixa.gov.br/ouvidoria/defesa_consumidor.asp)), “Fale Conosco” (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/reclamacoes>), e o mais recente (criado em março de 2013), o programa “De Olho na Qualidade” (<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/de-olho-na-qualidade/Paginas/default.aspx>). A Semhab também possui uma Ouvidoria ([http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/categoria/ouvidoria\\_demandas](http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/categoria/ouvidoria_demandas)).

Outros mecanismos poderão ser propostos para fornecer o contato direto das populações afetadas com o Banco e o Projeto, como, por exemplo, a participação ativa de alguns representantes dos moradores dos CH no sistema de monitoramento e acompanhamento do processo de mudança e pós-ocupação.

- PARTES INTERESSADAS

Entende-se que na primeira consulta deverá ser dada ênfase no envolvimento dos beneficiários os beneficiários e eventualmente lideranças do entorno vinculadas indiretamente ao processo de realocização. Assim, os convites serão direcionados para cada um dos beneficiários e lideranças do entrono. Nos casos em que a população já tenha sido realocalizadas ( CH Vista Alegre) serão envolvidas lideranças surgidas após a realocalização.

- ABRANGÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública será conduzida pelo técnicos da SEMHAB ( Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), contando com a presença da consultora do BID que auxiliará na preparação dos eventos.

Para cada CH haverá uma consulta específica, no bairro onde o mesmo será implantado.

- RECURSOS

Os recursos para realização do evento (espaço para reuniões, materiais, etc.), impressão de documentos, equipamento de áudio visual, divulgação de informações e trabalho de mídia, registro fotográfico dos eventos, entre outros.) serão de responsabilidade da SEMHAB.

#### CALENDARIO DAS CONSULTAS

As Consultas com as Partes Afetadas ocorrerão segundo o calendário abaixo:

Conjunto Habitacional Saturnino de Brito	14/3/2017	Local : Auditorio Municipal Escola	Hora: 19 as 22 horas
---	-----------	---------------------------------------	-------------------------

- REGISTROS

As consultas serão transmitidas no local por meio de equipamentos de áudio visual e haverá o devido registro fotográfico das mesmas.

As exposições, manifestações, questionamentos e sugestões durante as consultas públicas serão registradas com os nomes, telefone, e e-mail dos participantes, para que posteriormente a equipe da SEMHAB ( Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), que foram expositores das consultas atendam no que for pertinente, comunicando resposta aos manifestantes. Sempre que possível este feed back deverá ser dado na própria reunião. Salvo aqueles que para serem fornecidos dependem de decisões superiores não presentes no evento.

- AVALIACAO

Para exame de ESG serão enviados Relatórios das consultas com os seguintes indicadores: número de participantes; segmentos sociais presentes; manifestação dos presentes ( questões e preocupações expressas), fotos e lista de presença do evento.

## **II Consulta Conjunto Habitacional Vista Alegre**

### **Consulta Saturnino de Brito**

As pessoas foram convidadas uma semana antes da data de realização do evento através de redes sociais ( watsap). O uso desse expediente está consagrado entre as pessoas da comunidade Saturnino de Brito. Aliás, como em todo o restante do país. Não é mais possível, hoje em dia, declinar das redes sociais para mobilização da sociedade. O meio é também utilizado para comunicações entre a SEMHAB e os beneficiários do Residencial Saturnino de Brito.

Compareceram ao evento 154 pessoas, entre lideranças e representantes comunitários, pessoas que estão em aluguel social ; pessoas ainda estão na área, em especial aquelas residentes acima da barreira de contenção cujas casas ainda não foram atingidas; técnicos da prefeitura e SEMNHAB e a consultora do BID, Marilia Scombatti. Todas as pessoas assinaram a lista de presença incluída neste relatório.

## **ATA DA CONSULTA PÚBLICA RESIDENCIAL SATURNINO DE BRITO**

Aos 14 de março de 2017, na Escola Municipal Damásio Barbosa da Franca, às 18 horas, ocorreu a Consulta Pública aos beneficiários do Residencial Saturnino de Brito.

Compareceram ao evento cento e cinquenta e quatro pessoas, entre lideranças e representantes comunitários, pessoas que estão em aluguel social ; pessoas ainda estão na área, em especial aquelas residentes acima da barreira de contenção cujas casas ainda não foram atingidas; técnicos da prefeitura e SEMNHAB e a consultora do BID, Marília Scombatti. Todas as pessoas assinaram a lista de presença incluída neste relatório.

Joelma inicia explicando o motivo pelo qual está sendo realizada a Consulta Pública junto aos beneficiários, que estão já a algum tempo esperando suas novas moradias, ao tempo em que explica como foi realizado e continua o trabalho realizado pela Semhab. Que na presente consulta pretende ouvir as pessoas e saber como estão hoje e o que esperam da nova morada, passando então a palavra para Caio.

Caio compara a evolução da situação da comunidade quando a Semhab iniciou o trabalho de cadastramento com a realidade de outras pessoas beneficiadas com o Minha Casa Minha Vida. que hoje já estão em suas moradias, em outros residenciais.

Explica a importância da opinião de cada uma das pessoas presentes, para que se manifestem, pois cada caso da comunidade é aprendizado para todos, em especial para a equipe envolvida.

Inicia perguntando aos presentes se sabem o que é uma área de risco. D. Carla (comunidade), responde que é queda de barreira, D. Geralda (comunidade) responde que é morar em beira de pista. Outras pessoas falam em chuva, área de alagamento.

Caio prossegue com a exposição relembrando as duas situações que levaram a colocar em aluguel social parte da comunidade: 1) A queda da barreira, que ainda está em construção e algumas famílias ainda estão na área porque as obras de contenção ainda não chegou em suas moradias. Lembra que essas moradias ficam acima da barreira 2) a defesa civil determina a retirada imediata das pessoas que moravam em terreno abaixo da barreira. Mostra slides com imagens da Comunidade no ano de 2012, com áreas alagadas, e casas/barracos embaixo de barreira, com risco de desabamento.

Após relembrar a situação na área de origem, Caio pede a manifestação dos presentes

Sr. Edilson (comunidade) diz que primeiro a pessoa deveria receber a ajuda aluguel para poder sair, porque algumas pessoas permanecem nas casas esperando o imóvel que esta aguardando.

Caio explica que em algumas situações e convênios, a PMJP lida de formas diferentes, em alguns casos foram construídos muros de arrimo para proteção, em outros casos isso não foi possível.

Caio pergunta “como era a moradia antes da Prefeitura chegar aqui, antes da política de habitação”:

D. Leila (comunidade) diz que minha casa era de taipa e morava embaixo da barreira, quando um carro passava, eu pensava que a casa iria cair; Sr. Manoel (comunidade) diz que a barreira caiu três vezes em cima na casa dele; D. Rita diz que morava no “pé” da barreira, muro de pedra, e sempre que chovia ficava com medo e às vezes caía pedra sobre a casa dela; Sr. Manoel Severino Simplicio (comunidade) diz que habitava em via pública e conseguiu quarto na avenida e deixaram este quarto para ele, depois o quarto foi derrubado, mas hoje está morando no Cuiá e recebendo o auxílio aluguel; D. Geralda Araújo de Souza (comunidade) diz que passava a noite na rua, pois sua casa estava embaixo do muro de arrimo e tinha medo da casa cair quando chovia, recebeu feira e colchão, ficou no ginásio e entrou no cadastro da Semhab; D. Maria das Vitórias dos Santos (comunidade) diz que sua casa era de taipa e na chuva ficava caindo o barro, chamou a Defesa Civil e tiraram as fotos da casa dela, está esperando sua nova moradia.

Caio pergunta por casos em que a casa era de melhor qualidade.

Sr. Rômulo (comunidade) diz que morava em casa de alvenaria e gostaria de receber casa e não apartamento, e acrescenta que faz 15 dias que a obra está parada e sem previsão, sobre o auxílio aluguel, muitas famílias tiveram que sair do imóvel porque não dava para pagar o aluguel, pedindo melhora no incentivo, o que todos os presentes concordam; Acrescenta que R\$ 200,00 não dá para nada, quer resposta do prefeito e da secretária, até agora só foi construído o térreo e o 1º andar, que o auxílio aluguel está atrasado e precisa de resposta do poder público, que não está na consulta para incentivar as pessoas a invadir escolas, mas que espera compromisso fora do papel.

Caio responde que as obras retornaram hoje e que todos estão vendo que as obras estão sendo construídas, tendo passado por problemas e desapropriação, que atrasou o início destas, mas que agora vai continuar sem interrupções. Quanto ao valor do auxílio aluguel, sabe que não é o valor correto, mas que infelizmente é o que o programa dispõe, e que estão trabalhando pela melhoria e entrega dos imóveis, que está sendo um período de sacrifício, e que em todas as situações da vida as pessoas fazem sacrifícios temporários. Quanto ao fato de ser apartamento e não casa, seria praticamente impossível terreno para construir 400 casas em local próximo ao que eles hoje vivem.

Sr. Evando Alves (comunidade) pergunta se pode trocar sua vaga no cadastro do Saturnino por outro local para receber sua unidade habitacional. Joelma diz que é um caso a estudar dando nome de uma funcionaria que ele deveria procurar (Rebeca na Semhab,) e explicasse sua história, para que fosse analisada a possibilidade de alteração.

Sr. Edilson (comunidade) indaga se o fato de possuir 6 filhos teria a possibilidade de aumentar o tamanho do imóvel, pois não sabe como colocar 6 filhos em um apartamento de 2 quartos, ao que Caio responde que o tamanho da unidade é padrão.

Sr. João Batista (comunidade) responde que o auxílio de R\$ 200,00 não é viável, é “conversa para boi dormir”, perguntando o que vai acontecer com quem é comerciante, Caio responde que quem tem comércio terá uma área para sua atividade, ao que o Sr. João Batista diz que não é só ter o ponto, e sim o local, como vai ficar com as dívidas que ficaram, que comerciante tem que ter suporte e empréstimo.

Caio diz que o Sr. Newton, amigo de João Batista, foi quem escolheu o Mercado central, que este é considerado o melhor local para comercio e que com relação aos demais comerciantes, estes estão sendo catalogados. Quanto ao aluguel social, é realmente muito pouco, mas em Recife é mais baixo, e que todos complementam de alguma forma.

D. Maria José Santos Silva (comunidade) pergunta como é que vai viver com o dinheiro se ainda vai ter que complementar, se o governo tirou a casa e o que eles ganham mal dá para viver e dar de comer aos filhos, que podem passar com o trator por cima com todos dentro de casa, mas não sai, só se derem a chave para outro lugar.

Sr. Rômulo (comunidade) diz que o valor do aluguel social deveria ser mais, já que os escândalos da Lava jato são de roubalheira, que cabe ao secretário analisar esta situação, que está desempregados, precisando fazer uma cirurgia e não tem como dar habitação digna a sua família.

Joelma responde que a sugestão é muito importante e que o auxílio aluguel é de responsabilidade da Sedes, e que ela vai passar os pedidos para a secretária, que sabe que o valor do auxílio é pequeno, mas o pagamento deste é outra coisa, e que ela se compromete a dar resposta a comunidade o mais rápido possível.

Sr. Marison (comunidade) pergunta como é que um cidadão mesmo sozinho vai conseguir pagar um apartamento com R\$ 200,00 e pagar água/luz, e que ele só vai sair de seu lugar quando tiver outro local para morar, pois o lugar onde mora hoje é dele.

A equipe Semhab pergunta “o que cada um daqui espera quando receber o novo apartamento?” A previsão de entrega está para final de 2017 ou início de 2018.

Carla (comunidade) espera um futuro bom, mais posto de policia e creche para os meninos, esperando um futuro melhor. Reginaldo (comunidade) espera o melhor, pois acabou tudo na vida dele, morreu pai e mãe. Edilson (comunidade) espera mais médicos no Posto de saúde. José Abrãao (comunidade) pergunta se vão deixar a comunidade misturada com outro lugar, se tiver sobras de apartamentos vão trazer pessoas de outras áreas ?

Caio responde que não, que o residencial é específico para a comunidade afetada por risco do Saturnino de Brito.

Rosilene Alves (comunidade) pergunta se vai demorar, ao que Caio responde que, como já disse é final de 2017 ou início de 2018.

Rômulo (comunidade) agradece o espaço que a comunidade está dando para a comunidade se expressar e que a comunidade está sem médico e enfermeira no Distrito Mecânico I. Joelma dá a sugestão de ser formada uma comissão para que os problemas da comunidade sejam melhor sentido e ouvidos, finalizando a reunião com Caio que agradece a presença de todos.

## FOTOS da CONSUTA SATURNINO DE BRITO

### Chegada e acomodação dos Participantes

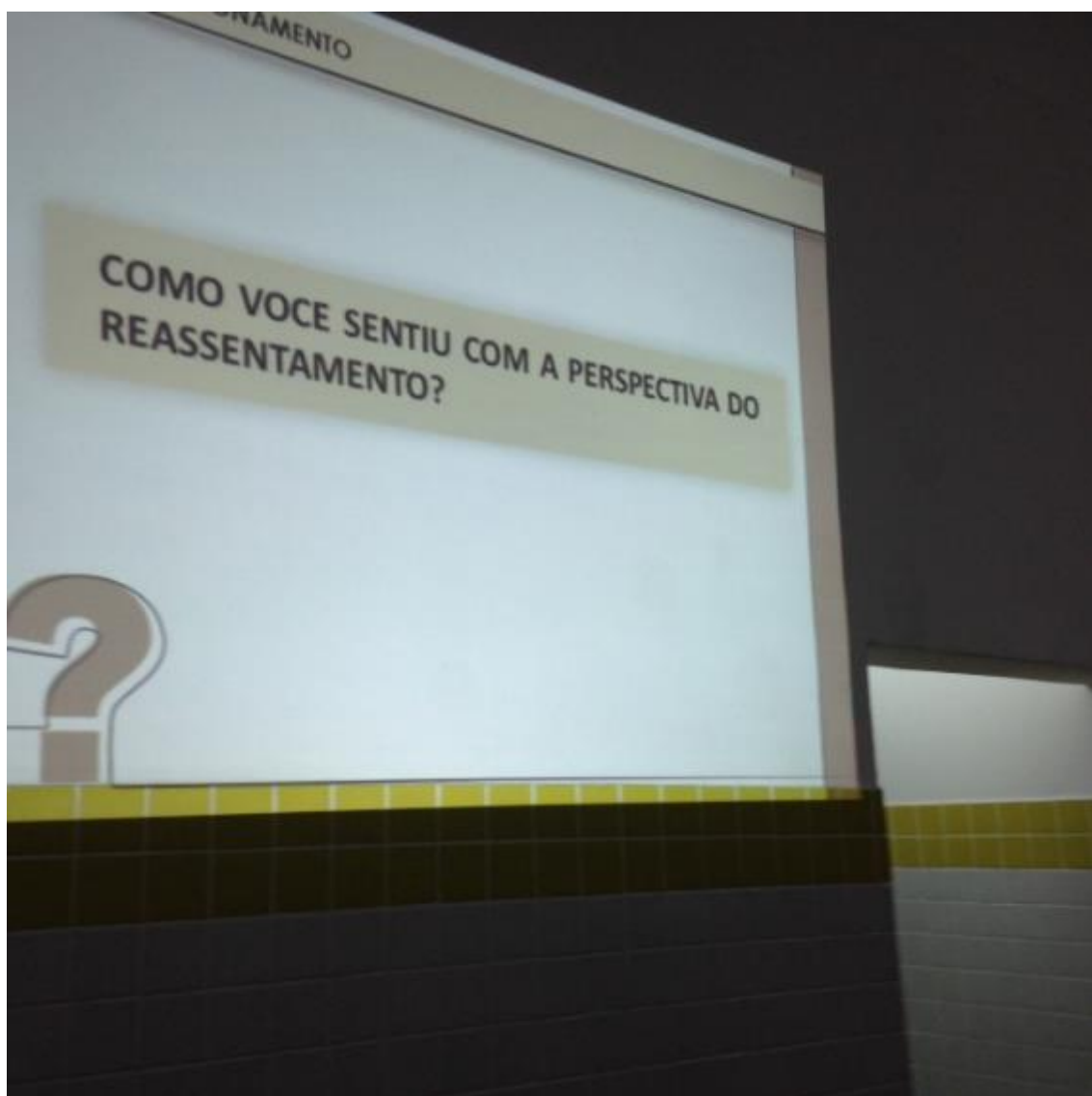


## Manifestação dos Presentes












## Lista de Presença

Os originais estão guardados nos arquivos da UPP.

 <b>PRESSO</b> SÃO PAULO - SP			
LISTA DE FREQUÊNCIA REUNÃO 14/02/2017 SANTUÁRIO DO BELÍSSIMO			
NOME	CPF		TELEFONE
Ana Cristina Chaves Santos			982649849
Marceliana da Conceição	535 101 404 04		8853-5201
Flávia Aguiar de Souza	161 230 0000		82085538
Yolanda Bezerra de Silva			98800077
Maria da Graça de Miranda de Lencastre			9826491010
Maria do Carmo Santos	655 244 766-01		
Margarida dos Santos Silva	074 882 0000		98685955
Cláudia Ribeiro de Almeida	753 666 814		86 912930
Imogene Ferreira dos Santos	86 405 240		82-73-1595
Silvia Tuly dos Santos Silva	35 3561432		82731199
<del>Maria do Carmo dos Santos</del>	161 083 104-03		8274-2893
Roberta Mello Pereira de Souza	116-463-611-31		9307-7595
Janeiro Adriano de Almeida			98789956
<del>Roberta Adriano de Almeida</del>	883 538 1400		98666636
<del>Roberta Adriano de Almeida</del>	004708359466		9812-2500
Paula Célia de Souza			86624547
Jonas Carlos dos Santos Almeida	833 032 300 01		9692-7666
Valdineia Lopes da Silva	676392193300		9829-7800
Estelene Paula de S. P.	004729444-33		9326-3615
<del>Roberta Adriano de Almeida</del>	004729444-33		9879-8203
Roberta Adriano de Almeida	034708359466		98692-5200
Roberta Adriano de Almeida	03939392466		93074450

[illegible]

LIDA DE FREQUÊNCIA NO SÍMBOLO  $\lambda$  E NO SÍMBOLO  $\mu$ 

NUMERO	UFF	TELEFONO
Donna Maria Maria Rosalia	945 2005 011	1813 35007
M. Lucia Anna dei Santi di Maria	945 2005 012	1800-7112
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 013	1813 35008
M. de Maria dei Santi	945 2005 014	1813 35009
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 015	1813 35010
M. Anna dei Santi di Maria	945 2005 016	1813 35011
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 017	1813 35012
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 018	1813 35013
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 019	1813 35014
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 020	1813 35015
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 021	1813 35016
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 022	1813 35017
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 023	1813 35018
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 024	1813 35019
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 025	1813 35020
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 026	1813 35021
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 027	1813 35022
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 028	1813 35023
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 029	1813 35024
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 030	1813 35025
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 031	1813 35026
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 032	1813 35027
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 033	1813 35028
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 034	1813 35029
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 035	1813 35030
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 036	1813 35031
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 037	1813 35032
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 038	1813 35033
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 039	1813 35034
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 040	1813 35035
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 041	1813 35036
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 042	1813 35037
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 043	1813 35038
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 044	1813 35039
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 045	1813 35040
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 046	1813 35041
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 047	1813 35042
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 048	1813 35043
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 049	1813 35044
Maria Anna Teresa dei Santi	945 2005 050	1813 35045

ANTHONY P. DE FEO, JR.

[illegible]L'ESPACE PUBLIC LOCAL EN TRANSITION  
D'UNE ÉCONOMIE À L'AUTRE[illegible]

[illegible]55

